UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS (*INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS*) EM INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE BANCOS DE
ALGUNS PAÍSES DA UNIÃO EUROPÉIA**

Vanessa Lopes Miranda

Orientador: Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho

SÃO PAULO

2008

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

VANESSA LOPES MIRANDA

**IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS (*INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS*) EM INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DE BANCOS DE
ALGUNS PAÍSES DA UNIÃO EUROPÉIA**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho

SÃO PAULO

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Miranda, Vanessa Lopes

Impacto da adoção das IFRS (International Financial Reporting Standards) em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia / Vanessa Lopes Miranda. -- São Paulo, 2008.

107 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2008
Bibliografia

1. Contabilidade internacional 2. Padrões e normas contábeis
3. Bancos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 657.8

**A meus pais,
sempre prestativos.**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e saúde ofertadas e a meus pais pelo apoio e incentivo nesses longos anos de dedicação e esforço.

Agradeço também aos colegas de curso e aos professores do Departamento de Contabilidade da Fea-Usp, em especial aos que contribuíram na orientação deste trabalho: Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho, Prof. Dr. Luiz João Corrar e Prof. Dr. Eliseu Martins.

Agradecimentos devem-se, ainda, aos colegas de trabalho que me incentivaram e contribuíram sobremaneira ao meu crescimento profissional e acadêmico através da intensa troca de conhecimentos.

RESUMO

O movimento atual de consolidação da convergência mundial das normas contábeis, rumo aos padrões internacionais emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board), manifestou interesse na identificação dos possíveis impactos da adoção das normas IFRS (International Financial Reporting Standards) sobre os indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia (UE) – a UE representa a primeira região do mundo a requerer aderência às IFRS. A fim de atender a esse objetivo, foi utilizada metodologia de pesquisa empírico-analítica e descritiva, que coletou e observou dados práticos, marcadamente quantitativos, constituídos por indicadores econômico-financeiros calculados para os bancos de capital aberto do Reino Unido, França e Espanha. Antes da fase de análise quantitativa, porém, foram realizadas pesquisas bibliográficas no intuito de selecionar os principais indicadores econômico-financeiros a serem utilizados para tais bancos. Para as instituições financeiras em estudo foram calculados indicadores antes e depois da adoção das IFRS, referentes ao mesmo exercício social de 2004. Com isso, o conjunto de indicadores calculados com demonstrações financeiras em GAAP local foi comparado ao conjunto de indicadores calculados a partir de demonstrações em conformidade com as IFRS, por país, através da ferramenta estatística teste de hipóteses para diferenças de médias (T-Student). Os resultados dos testes revelaram existência de impactos das IFRS em metade dos indicadores testados para os bancos do Reino Unido e Espanha, e em apenas um indicador calculado para os bancos da França. Para os bancos franceses e espanhóis eram esperadas maiores alterações, em termos de quantidade de indicadores, do que as provocadas nos indicadores dos bancos do Reino Unido, devido à impressão de que os modelos contábeis daqueles dois países guardariam maior divergência em relação às normas IFRS do que o modelo contábil aplicado no Reino Unido. Esses resultados, porém, não foram verificados, muito possivelmente em decorrência da aplicação incompleta da norma IAS 39 (Financial Instruments: Recognition and Measurement) pelos bancos franceses e espanhóis – eles provavelmente utilizaram as permissões dos “carve-outs” à IAS 39, mas não divulgaram informações completas sobre a extensão do uso ou não dessas permissões. As principais normas internacionais que afetaram os indicadores testados nesta pesquisa foram: IAS 27 (SIC 12), a IAS 32, a IAS 39 e a IFRS 4. Assim, a partir do presente estudo foi possível concluir que a adoção das normas IFRS mostrou-se capaz de provocar mudanças significativas em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia. Cabe destacar, no entanto, que esta pesquisa não tem o objetivo de generalizar os resultados e conclusões a outras instituições não analisadas.

ABSTRACT

The pace of consolidation regarding the global convergence of accounting standards, towards the international standards issued by the IASB (International Accounting Standards Board), has created the interest to identify the impact of adopting the IFRS (International Financial Reporting Standards) on the financial indicators of banks of some EU countries – EU was the first region in the world to require compliance with IFRS. To achieve such an aim we used the empirical-analytical descriptive approach, which collected and analyzed practical data, i.e., quantitative data, constituted by financial indicators, calculated for open-market banks in the United Kingdom, France and Spain. A bibliographical research was accomplished to select the main financial indicators to be used in the analysis. For the financial institutions in this study, indicators were calculated before and after the adoption of the IFRS, referring to the same financial year of 2004. So, the set of the indicators calculated based on financial reporting in local GAAP was compared to the same set calculated based on IFRS financial statements for each of the selected countries, through a statistic test tool with hypothesis for differences of averages (T-Student). The results of the tests revealed the existence of IFRS impact on half of the indicators tested on the banks within the United Kingdom and Spain, and on just one indicator tested on the banks within France. For both French and Spanish banks it was expected that the changes, in quantity financial indicators, would be higher than the ones at UK banks, due to the impression that the domestic accounting standards of those first two countries might have larger divergences in relation to the IFRS requirements than the UK domestic standards. These expectations were not confirmed by our tests. A possible cause for this may be the incomplete application of the IAS 39 standard (Financial Instrument: Recognition and Measurement) by both French and Spanish banks – they probably used the “carve-outs” permission to the IAS 39, but they did not disclosure complete information about the extent they have or not used that permission. The main international standards that modified the indicators used in this research were: IAS 27 (SIC 12), a IAS 32, a IAS 39 e a IFRS 4. So, through the present study it was possible to conclude that the adoption of the IFRS resulted in remarkable changes on the bank’s financial indicators in some EU countries. However it is important to elucidate that this study does not aim to extend its results and conclusions to institutions that were not analyzed.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	2
LISTA DE TABELAS.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Contextualização do Tema	5
1.2 Questão de Pesquisa.....	10
1.3 Hipótese da Pesquisa.....	11
1.4 Objetivos e Contribuições	12
1.5 Metodologia da pesquisa	13
2 CONSEQUÊNCIAS DA ADOÇÃO DAS IFRS – REVISÃO DE LITERATURA.....	15
3 ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE BANCOS.....	19
3.1 A Metodologia CAMELS	20
3.2 Os Indicadores Recomendados pelo Fundo Monetário Internacional	26
3.3 Bibliografia Nacional sobre Análise de Bancos	26
3.4 Pesquisa Recente sobre Indicadores Contábeis do Setor Bancário	30
3.5 Seleção dos Indicadores para Análise de Bancos e Determinação dos Indicadores Utilizados na Pesquisa	31
4 SELEÇÃO DOS DADOS E TESTES ESTATÍSTICOS	39
4.1 O Balanço de Abertura de 1º de janeiro de 2005.....	39
4.2 Testes Estatísticos – Reino Unido	41
4.3 Testes Estatísticos – França.....	45
4.4 Testes Estatísticos – Espanha	49
5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	55
5.1 Utilização dos <i>carve-outs</i> pelos bancos analisados	56
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
6.1 Análise – Reino Unido	61
6.2 Análise – França	67
6.3 Análise – Espanha.....	69
6.4 Análise Geral.....	74
7 PRINCIPAIS NORMAS INTERNACIONAIS QUE AFETARAM INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DOS BANCOS ANALISADOS	77
7.1 IAS 27 (SIC 12) – Consolidated and Separated Financial Statements (Consolidation of Special Purpose Entities)	77
7.2 IAS 32 – Financial Instruments: Presentation	78
7.3 IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement.....	79
7.4 IFRS 4 – Insurance Contracts	80
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAMELS: Uniform Financial Institutions Rating System (Capital, Assets, Management, Earnings, Liquidity, Sensitivity)
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
EPE: Entidades de Propósito Específico
EU: European Union
EUR: Euros
FASB: Financial Accounting Standards Board
FEBRABAN: Federação Brasileira dos Bancos
FSI: Financial Soundness Indicators
GAAP: Generally Accepted Accounting Principles
IAS: International Accounting Standards
IASB: International Accounting Standards Board
IASC: International Accounting Standards Committee
IFRS: International Financial Reporting Standards
IMF: International Monetary Fund
IOSCO: International Organization of Securities Commissions
NPL: Nonperforming Loans
PL: Patrimônio Líquido
ROA: Return on Assets
ROE: Return on Equity
SIC: Standing Interpretations Committee
SUSEP: Superintendência de Seguros Privados
UK: United Kingdom
US GAAP: Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América
VaR: Value at Risk

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores recomendados pelo Fundo Monetário Internacional.....	26
Tabela 2 – Indicadores Assaf : Bloco Solvência e Liquidez	27
Tabela 3 – Indicadores Assaf: Bloco Capital e Risco	27
Tabela 4 – Indicadores Assaf: Bloco Rentabilidade e Lucratividade	28
Tabela 5 – Indicadores Assaf: Bloco Sensibilidade dos Juros.....	28
Tabela 6 – Indicadores Febraban	30
Tabela 7 – Bancos do Reino Unido listados na Bolsa de Valores de Londres	41
Tabela 8 – Indicadores econômico-financeiros calculados para os bancos do Reino Unido ...	42
Tabela 9 – Resultados dos testes de normalidade (Shapiro-Wilk) e homogeneidade de variâncias (Levine) dos indicadores dos bancos do Reino Unido	44
Tabela 10 – Resultados dos testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) dos indicadores dos bancos do Reino Unido	45
Tabela 11 – Bancos do França listados na Nyse Euronext – Mercado de Paris	46
Tabela 12 – Indicadores econômico-financeiros calculados para os bancos da França.....	47
Tabela 13 – Resultados dos testes de normalidade (Shapiro-Wilk) e homogeneidade de variâncias (Levine) dos indicadores dos bancos da França	48
Tabela 14 – Resultados dos testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) dos indicadores dos bancos da França	49
Tabela 15 – Bancos do Espanha listados na Bolsa de Valores de Madrid	50
Tabela 16 – Indicadores econômico-financeiros calculados para os bancos da Espanha.	51
Tabela 17 – Resultados dos testes de normalidade (Shapiro-Wilk) e homogeneidade de variâncias (Levine) dos indicadores dos bancos da Espanha	52
Tabela 18 – Resultados dos testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) dos indicadores dos bancos da Espanha	53
Tabela 19 – Aplicação dos carve-outs da IAS 39 pelos bancos do Reino Unido	58
Tabela 20 – Aplicação dos carve-outs da IAS 39 pelos bancos da França.....	59
Tabela 21 – Grupos Ativos Líquidos e Depósitos Totais dos bancos do Reino Unido	62
Tabela 22 – Principais normas IFRS que afetaram os Ativos Líquidos dos bancos do Reino Unido	63
Tabela 23 – Grupos Passivos de Terceiros e PL dos bancos do Reino Unido	63
Tabela 24 – Principais normas IFRS que afetaram os Passivos dos bancos do Reino Unido..	65
Tabela 25 – Ativo Total desmembrado em Tesouraria e Carteira de Crédito + Outros Ativos dos bancos do Reino Unido.....	65
Tabela 26 – Grupos Ativos Líquidos e Depósitos Totais dos bancos da França.....	67
Tabela 27 – Principais normas IFRS que afetaram os Ativos Líquidos dos bancos da França	68
Tabela 28 – Grupos Ativos Líquidos e Depósitos Totais dos bancos da Espanha	70
Tabela 29 – Principais normas IFRS que afetaram os Ativos Líquidos dos bancos da Espanha	71
Tabela 30 – Grupos Passivos de Terceiros e PL dos bancos da Espanha	71
Tabela 31 – Principais normas IFRS que afetaram os Passivos dos bancos da Espanha.....	72
Tabela 32 – Ativo Total desmembrado em Tesouraria e Carteira de Crédito + Outros Ativos dos bancos da Espanha.....	73

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Tema

A comparabilidade da informação contábil é de fundamental importância para os investidores internacionais, os quais são atraídos por mercados confiáveis que, de preferência, adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente.

Corroborando essa idéia, Marcelo Fernandez Trindade, ex-presidente da CVM¹, expõe o seguinte questionamento em meio ao prefácio à obra de Carvalho, Lemes e Costa (2006):

Será possível comparar investimentos em diversos países, escolher as empresas, projetos e instituições nas quais se pretende investir, das quais se pretende ser credor ou com quem se deseja negociar, se a situação econômica e financeira dessas entidades espalhadas mundo afora for exposta com base em critérios e regras distintas? A resposta teórica é evidentemente afirmativa, pois sempre será possível, mediante a contratação ou o auxílio de pessoas que entendam cada um desses padrões [...] Ocorre que o custo de realizar-se essa comparação caso a caso, entre padrões diversos, é um custo totalmente desnecessário, em uma sociedade globalmente desenvolvida.

Além disso, quando a própria empresa tem de preparar suas demonstrações contábeis de acordo com diferentes normas de distintos países, para se comunicar com investidores nos vários mercados de capitais em que opera, arca com elevados custos e dificuldades no processo de comunicação.

Assim, com a percepção da necessidade de convergência das normas contábeis a nível mundial, é que foi criado, em 1973 na Europa, o IASC (*International Accounting Standards Committee*), uma instituição privada e sem fins lucrativos para emitir normas contábeis efetivamente internacionais, denominadas IAS (*International Accounting Standards*). Em 2001, o IASC sofreu alterações em sua estrutura e foi constituído o *International Accounting Standards Board* - IASB, o qual assumiu a responsabilidade de emitir normas contábeis internacionais a partir de então denominados IFRS (*International Financial Reporting Standards*), bem como de revisar a série IAS quando necessário.

Com o apoio da União Européia e da IOSCO (*International Organization of Securities Commissions*), o IASB deu um grande passo para a convergência mundial das normas

¹ Comissão de Valores Mobiliários.

contábeis, aprovando em 2003 a IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros. Um grande estímulo à implementação das IFRS veio com a decisão do Parlamento Europeu de exigir das empresas com ações listadas nas bolsas de valores dos países da União Européia a divulgação de suas demonstrações contábeis de acordo com as IFRS, a partir do exercício de 2005.

Diversos outros países também passaram a aderir ou anunciar iminente adesão às IFRS, como África do Sul, Austrália, Canadá, Costa Rica, entre outros. Ademais, a convergência internacional das normas contábeis conta com grupos de trabalho constituídos por membros do órgão americano FASB (*Financial Accounting Standards Board*), que tem o objetivo de harmonizar os US GAAP² às IFRS.

Dentre as iniciativas brasileiras rumo à convergência internacional das normas contábeis, pode-se citar como pioneira a exigência, efetuada pela Bolsa de Valores de São Paulo, às companhias que almejam adquirir grau de Governança Corporativa Nível 2 ou grau de Novo Mercado³, de divulgação de demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os padrões internacionais IFRS ou US-GAAP.

Passo relevante no caminho da Contabilidade Internacional também foi dado com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055 de 07.10.2005, a qual estabelece que o objetivo da instituição é:

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Em outubro de 2005, ainda, foi publicada a deliberação 488 da CVM, que dispõe sobre a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, as diretrizes para sua estrutura e os requisitos mínimos de seu conteúdo, com a finalidade de assegurar comparação tanto com as próprias demonstrações contábeis de períodos anteriores quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades, sem perder de vista a importância e a necessidade de que as

² Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

³ Os níveis de Governança Corporativa são segmentos especiais do mercado de capitais no Brasil, desenvolvidos pela Bolsa de Valores de São Paulo, que classificam as empresas de acordo com o comprometimento na adoção de práticas de governança, incluindo maior *disclosure* de informações.

práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais. Ao dispor sobre a estrutura e conteúdo das demonstrações contábeis, esse pronunciamento trata também de normas específicas para a elaboração do relatório da administração, reafirma a prevalência do princípio da essência econômica sobre a forma e traz para o ambiente das informações contábeis divulgadas para o mercado de capitais brasileiros o alinhamento à norma internacional IAS 1 (*International Accounting Standards 1 – framework for the preparation and presentation of financial statements*).

Já no ano de 2006, obteve grande destaque a publicação pelo Banco Central do Brasil do Comunicado 14.259, que determinou que os bancos brasileiros terão de publicar suas demonstrações contábeis consolidadas segundo as normas IFRS, a partir do exercício social de 2010.

Nesse sentido, a CVM se pronunciou em julho de 2007 através da Instrução nº 457, dispondo sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas das companhias abertas com base no padrão contábil internacional. Essa instrução permite a opção de apresentar as demonstrações consolidadas segundo as normas do IASB no período de 2007 a 2009, e fixa a adoção obrigatória dessas normas para o ano de 2010.

A SUSEP emitiu circular em dezembro de 2007, que determina desenvolvimento de ação específica no objetivo de identificar as necessidades de convergência às normas internacionais específicas às sociedades seguradoras. Após essa fase de diagnóstico, serão editados normativos em consonância com os pronunciamentos do IASB a serem aplicados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas das sociedades seguradoras, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Destaque-se que a aprovação da Lei nº 11.638/07 no Brasil, ao final do ano de 2007 veio estabelecer adoção de alguns procedimentos contábeis em linha com as Normas Internacionais de Contabilidade, já no exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2008. Essa lei altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, notadamente no tocante à matéria contábil. Dentre as exigências do novo normativo podem ser citadas a substituição da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, a inclusão da Demonstração do Valor Adicionado no conjunto das demonstrações financeiras obrigatórias, a criação de nova possibilidade de

segregação entre escrituração mercantil e tributária e os novos critérios de classificação e avaliação das aplicações em instrumentos financeiros.

A nova Lei 11.638/07 determina que a regulação contábil no Brasil possa ser baseada em trabalhos desenvolvidos por um organismo contábil multi-representativo, que tenha por objetivo o estudo e a divulgação de princípios e padrões contábeis e de auditoria e que reflita o pensamento dos diversos interessados nas informações contábeis das sociedades por ações. Atualmente, o organismo constituído com este fim é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), já mencionado anteriormente. Tal comitê tem a incumbência de divulgar pronunciamentos contábeis acerca dos assuntos já tratados pela Lei 11.638, bem como acerca dos assuntos ainda não mencionados na lei.

Diante do anteriormente exposto, observa-se que o caminho em direção às Normas Internacionais de Contabilidade é considerado importante e necessário por grande parte do universo financeiro e do mercado de capitais, de modo que se torna imprescindível o maior entendimento dessas normas, bem como dos impactos que elas podem ocasionar nas demonstrações contábeis das empresas.

As referidas demonstrações contábeis⁴ são instrumento de grande valia no enriquecimento das análises de credores e investidores, principalmente dos que não participam da administração da empresa e têm maior dificuldade em adquirir informações relevantes acerca de seu atual ou futuro investimento.

Conforme afirma Silva (2001, p. 35):

Para o analista externo, o ponto de partida da análise são as demonstrações financeiras, que fornecem um conjunto de números e informações sobre a performance e a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa.

Ademais, a forma mais utilizada de análise de demonstrações contábeis é a elaborada através de índices (ou indicadores) econômico-financeiros⁵, o que também é admitido por Silva (2001, p. 228): “A análise de empresas por meio de índices financeiros é certamente a mais conhecida, chegando mesmo a ser confundida com a chamada análise de balanço.”

⁴ Também ditas demonstrações financeiras em nossa legislação societária.

⁵ Relações entre contas ou grupo de contas das demonstrações contábeis.

Desse modo, sob a ótica da análise de demonstrações contábeis é que surgiu o questionamento acerca de eventuais mudanças que as normas internacionais podem ocasionar nos indicadores econômico-financeiros das empresas, no momento da adoção dessas normas pela primeira vez.

No Brasil, por ora, são raras as publicações de demonstrações contábeis de acordo com as IFRS. Entretanto, pode-se encontrar ampla gama de empresas que já tiveram suas demonstrações contábeis apresentadas de acordo com as IFRS nos mercados de capitais da União Européia⁶.

Fato evidente é a importância da pesquisa referente às empresas nacionais, porém, a inexistência atual de base de dados relevante impossibilita a realização de pesquisas abrangentes no Brasil. Dessa forma, decidiu-se analisar as informações contábeis referentes à adoção das normas IFRS pela primeira vez divulgadas pelas empresas dos seguintes países pertencentes à União Européia: Reino Unido, França e Espanha. Esses três países foram selecionados para o estudo por estarem dentre os que têm Bolsas de Valores bastante ativas e oferecerem volume de dados compatível com as necessidades de análise acadêmica.

Para a pesquisa foi considerada a possibilidade de haver alguma aproximação entre os impactos ocasionados pelas normas internacionais nas empresas européias, principalmente as empresas da França e Espanha, com os impactos a serem ocasionados nas empresas brasileiras. Essa possibilidade de aproximação, que somente deverá ser testada quando da adoção de tais normas em massa aqui no Brasil, pode ser inferida a partir do conhecimento (obtido em pesquisas classificatórias de modelos contábeis) de que o modelo contábil brasileiro indica proximidade com os modelos adotados na França, Espanha, Itália e Bélgica (Weffort, 2003, p. 257). Abaixo constam trechos da obra de Elionor Jreige Weffort, ilustrando algumas das características do modelo contábil brasileiro:

Os estudos classificatórios analisados, em geral, indicam uma maior proximidade do modelo contábil brasileiro com aqueles adotados nos países europeus de origem latina e com países da América do Sul, o que pode ser justificado, entre outros, por fatores históricos, como a colonização [...] Dentre as instituições mais afetadas pelo processo de colonização está o sistema jurídico (Weffort, 2003, p. 266).

⁶ Conforme mencionado anteriormente, o ano de 2005 foi o ano de adoção compulsória das normas IFRS pelas empresas abertas de todos os países da União Européia.

[...] o sistema jurídico predominante no Brasil o romano-germânico (ou codificado) [...] é menos favorável à evidenciação nos relatórios contábeis do que o sistema consuetudinário, predominante nos países de origem anglo-saxônica [...] (Weffort, 2003, p. 262).

Na presente pesquisa foi considerado também que, mesmo não havendo aproximação entre as consequências das normas IFRS nos países europeus com as consequências a serem ocasionadas no Brasil, a simples identificação dos impactos nos mercados europeus, por si só, é capaz de agregar conhecimento à pesquisa da Contabilidade Internacional em nosso país.

Após a seleção dos países, foi necessária a escolha de um segmento econômico formado por empresas que pudessem ser analisadas pelo mesmo conjunto de indicadores econômico-financeiros. Interesse inicial surgiu com o setor bancário, devido à existência de normas internacionais de grande relevância⁷, referentes a instrumentos financeiros - os quais constituem os principais ativos dessas instituições - e, também, devido à primeira exigência efetuada por órgão normatizador brasileiro quando, em 2006, o Banco Central publicou o Comunicado 14.259, determinando a divulgação pelos bancos brasileiros de demonstrações contábeis de acordo com as IFRS, a partir de 2010.

Dado, portanto, esse contexto de importância da convergência mundial das normas contábeis, da relevância das demonstrações financeiras para efeito de análises executadas tanto por investidores quanto por credores, além da curiosidade acerca dos possíveis impactos das normas internacionais sobre indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia como Reino Unido, França e Espanha, foi possível formular a questão de pesquisa do presente estudo, a ser apresentada no tópico a seguir.

1.2 Questão de Pesquisa

De acordo com Gil (1999, p. 49), toda pesquisa científica se dá através de um problema a ser solucionado. No entanto, nem todo problema revelador de uma situação que necessite discussão é satisfatório para fins científicos, já que bons problemas devem seguir três critérios básicos:

⁷ IAS 32 (*Financial Instruments: Presentation*) e IAS 39 (*Financial Instruments: Recognition and Measurement*).

Primeiro, o problema deve expressar uma relação entre duas ou mais variáveis. [...] Segundo, o problema deve ser apresentado em forma interrogativa [...]. O terceiro critério exige que o problema seja tal que implique possibilidades de testagem empírica [...] (Kerlinger, 1980, p. 36).

Atendo-se a essas considerações, foi formulada a seguinte questão de pesquisa:

- ✓ **Existe diferença significativa entre indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia, calculados a partir de demonstrações segundo práticas contábeis locais, e os indicadores econômico-financeiros calculados a partir de demonstrações segundo as normas IFRS?**

A formulação dessa questão visa testar empiricamente se os indicadores econômico-financeiros de bancos da União Européia, calculados antes da adoção das IFRS, são significativamente diferentes dos indicadores calculados depois da adoção das referidas normas. Com isso é possível observar que a o problema formulado embute em si a relação entre duas variáveis: (1) as normas internacionais IFRS e (2) os indicadores econômico-financeiros de bancos.

1.3 Hipótese da Pesquisa

Um problema pode ter muitas hipóteses, ou seja, diversas soluções. Numa pesquisa, hipótese é uma proposição que se faz na tentativa de verificar a validade da resposta de um problema.

Hipóteses são sentenças declarativas e relacionam de alguma forma variáveis a variáveis. São enunciados de relações, e, como os problemas, devem implicar a testagem das relações enunciadas. Problemas e hipóteses são semelhantes. Ambos enunciam relações, só que os problemas são sentenças interrogativas e as hipóteses sentenças afirmativas (Kerlinger; 1980, p. 38).

Assim, a hipótese sugerida para a solução do problema de pesquisa exposto, e que será testada empiricamente, é:

- ✓ **A diferença entre indicadores econômico-financeiros de bancos em alguns países da União Européia, calculados a partir de demonstrações segundo práticas contábeis locais, e os indicadores econômico-financeiros calculados a partir de demonstrações segundo as normas IFRS, não é significativa.**

1.4 Objetivos e Contribuições

Contextualizado o tema do trabalho e definidos o problema de pesquisa e a hipótese a ser testada, pode-se enunciar, enfim, o objetivo da pesquisa com precisão e concisão indispensáveis ao seu alcance (Martins, 1994, p. 25).

O procedimento de demonstrar o objetivo distingue as demais ações do estudo, possibilitando menor risco de fugas em relação ao assunto. Dessa forma, institui-se o seguinte **objetivo geral**:

- ✓ **Identificar possíveis impactos da adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) nos indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia.**

Em meio à busca do objetivo exposto, a pesquisa deverá contribuir para:

- I.** O conhecimento de recentes trabalhos desenvolvidos no âmbito internacional acerca das conseqüências da adoção de Normas Internacionais de Contabilidade;
- II.** Agregar informações sobre análise de instituições financeiras através de indicadores econômico-financeiros;
- III.** Demonstrar possíveis semelhanças ou diferenças nos impactos causados pelas normas IFRS entre os países analisados e
- IV.** Identificar e explicar as principais normas IFRS, especialmente as que porventura afetarem os indicadores econômico-financeiros testados na pesquisa.

Após o alcance do objetivo anteriormente exposto, espera-se que a pesquisa contribua, ainda, para a aferição dos impactos a serem ocasionados nas demonstrações de bancos brasileiros, quando da adoção das IFRS, em 2010, e contribua para as análises financeiras de bancos estrangeiros, que são efetuadas no Brasil tanto por empresas quanto por instituições financeiras nacionais que comercializam ou fornecem crédito às estrangeiras.

1.5 Metodologia da pesquisa

De acordo com Richardson (1999, p. 22), metodologias são procedimentos utilizados no método científico, o qual pode ser definido como o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa estão classificados na tipologia **empírico-analítica** que, segundo Martins (1994, p. 26) são:

[...] técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos. Privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico, restaurador e incrementalista. Têm forte preocupação com a relação causal entre variáveis.

Os dados quantitativos empregados no estudo são constituídos por índices econômico-financeiros calculados para os bancos de capital aberto do Reino Unido, França e Espanha.

Para todas as instituições financeiras foram calculados índices antes e depois da adoção das normas internacionais IFRS (referente ao mesmo exercício de 2004, o exercício de transição do padrão contábil). Com isso, o conjunto de índices calculados com demonstrações financeiras em GAAP local foi comparado ao conjunto de índices calculados com demonstrações de acordo com as IFRS, através da ferramenta estatística teste de hipóteses para diferenças de médias. Cabe destacar que mais detalhes acerca da seleção dos dados e dos testes estatísticos serão tratados em capítulo específico.

Anteriormente a essa fase quantitativa da pesquisa, foi realizada revisão bibliográfica a fim de se conhecerem as contribuições científicas referentes às consequências da adoção das normas IFRS em balanços de empresas e na economia de determinados países. Da mesma forma foram estudadas diversas bibliografias sobre análise de instituições financeiras através de índices.

A bibliografia oferece meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente, e tem por objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de informações (Manzo apud Marconi e Lakatus, 1996, p. 66).

A presente pesquisa pode ser enquadrada também na tipologia descritiva que, de acordo com Gil (1989, p. 45): “[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de

determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Os capítulos 2 e 3, a seguir, tratam da revisão bibliográfica acerca das conseqüências da adoção das normas IFRS e da análise de balanços de bancos, respectivamente. Na seqüência, o capítulo 4 descreve a seleção dos dados e os testes estatísticos; o capítulo 5 aponta as principais limitações da pesquisa; o capítulo 6 analisa os resultados dos testes estatísticos; o capítulo 7 explica de forma resumida as principais Normas Internacionais de Contabilidade que afetaram os indicadores econômico-financeiros dos bancos analisados e, por fim, o capítulo 8 traz a conclusão do estudo.

2 CONSEQUÊNCIAS DA ADOÇÃO DAS IFRS – REVISÃO DE LITERATURA

Nos últimos três anos (2005, 2006 e 2007), as pesquisas quantitativas acerca dos impactos das normas IFRS foram intensificadas no âmbito internacional, em decorrência principal da adoção compulsória dessas normas nos países da União Européia, a partir de 2005.

Um dos trabalhos que despertou interesse analisou os efeitos das diferenças entre normas contábeis locais de diversos países e as Normas Internacionais de Contabilidade. Os autores Hope, Ding, Jeanjean e Stolowy (2006) criaram os índices “ausente” e “divergente” para classificar 30 países de acordo com pontuação obtida na análise das seguintes características: (1) inexistência de normas contábeis locais sobre um assunto que seja tratado nas normas internacionais, determinando o índice “ausente” e (2) existência de normas contábeis locais sobre assunto que também seja tratado nas normas internacionais, porém de forma diferente, fato que determina pontuação para o índice “divergente”.

Foi demonstrado pelos pesquisadores que o índice “ausente” é verificado, principalmente, em países cujos mercados de capitais são pouco desenvolvidos e onde existe maior concentração do capital social das empresas. O índice “divergente”, por sua vez, apresentou correlação positiva com o nível de desenvolvimento econômico dos países e com a importância dada à profissão contábil.

Destaque-se que os países Reino Unido, França e Espanha, cujos bancos de capital aberto serão objetos de pesquisa nesta dissertação, apresentaram maior pontuação no índice “divergente”.

Os estudiosos Lee, Walker e Christensen (2007) testaram se as reconciliações entre as normas contábeis locais do Reino Unido e as normas IFRS, reconciliações estas obrigatórias pela IFRS 1⁸, demonstraram novas informações julgadas relevantes para analistas. Foi examinado, ainda, o tempo que as empresas levaram para divulgar tais informações e as características, positivas ou negativas, contidas nelas.

⁸ IFRS 1 – *First-Time Adoption of International Financial Accounting Standards*.

Os autores demonstraram haver relação entre reações no mercado acionário e as notícias sobre reconciliações entre normas contábeis locais e normas IFRS. Também verificaram elevada demanda dos analistas por informações acerca das reconciliações e notaram que as empresas que retardaram nessa apresentação foram justamente as que tiveram ajustes desfavoráveis com a adoção das IFRS.

De forma semelhante, Horton e Serafeim (2007) investigaram existência de reação no mercado de capitais a partir da divulgação das reconciliações das normas contábeis do Reino Unido com as normas IFRS. Os resultados, assim como na pesquisa citada anteriormente, também sugeriram que o mercado acionário reagiu aos ajustes às IFRS. Ademais, os autores identificaram os principais assuntos contábeis que provocaram as maiores divergências entre os dois padrões, quais sejam: pagamento baseado em ações, amortização do *goodwill*, instrumentos financeiros e diferimento de impostos. Eles afirmaram, ainda, que apesar de algumas companhias divulgarem que as mudanças contábeis não afetariam o fluxo de caixa e que, portanto, não seriam capazes de alterar a percepção dos investidores sobre os preços das ações, o mercado foi capaz de reagir às reconciliações das normas e incorporar os ajustes contábeis aos preços das ações.

Perramon e Amat (2006) estudaram os impactos das normas IFRS nos resultados das empresas abertas não-financeiras espanholas. Foi informado que as influências (positivas ou negativas) nos resultados das companhias decorreram da aplicação do *fair value* aos instrumentos derivativos, das regras de amortização do *goodwill*, das normas sobre benefícios a empregados e da consolidação de empresas associadas.

Os pesquisadores Daske, Hail, Leuz e Verdi (2007) examinaram as consequências econômicas da introdução compulsória das IFRS em 26 países. Foram analisados os efeitos na liquidez do mercado e no custo do capital para cerca de 3.800 empresas. Os autores concluíram que as empresas que adotaram as IFRS pela primeira vez de forma compulsória experimentaram um aumento significativo, estatisticamente, da liquidez de mercado. As consequências da adoção das IFRS no custo do capital, por sua vez, foram mistas. Maiores benefícios ao custo do capital foram percebidos nos países com ambiente institucional de estímulo à transparência na divulgação de informações e nos países que possuíam alto grau de divergência entre as normas contábeis locais e as normas IFRS. Os efeitos no custo do capital foram mais fracos nos países onde as normas locais eram próximas às IFRS, e também nos

países que já possuíam estratégia de convergência às IFRS antes do anúncio da adoção compulsória a partir de 2005.

Cabe destacar que, dentre os países analisados, a França e Espanha foram identificadas como detentores de grau de divergência maior entre as normas contábeis locais e as normas IFRS, do que o Reino Unido.

Os estudiosos também advertiram para o fato de que os impactos das normas IFRS podem ser diferenciados entre países, bem como ao fato de que os impactos verificados nos mercados de capitais não devem ser atribuídos unicamente à introdução das novas normas de Contabilidade.

No trabalho intitulado IFRS – *The Implications for European Banks* (2005), a auditoria e consultoria Ernst & Young divulgou as principais Normas Internacionais de Contabilidade que provocaram impactos relevantes nos patrimônios líquidos (PL) de 15 instituições financeiras européias.

A IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, por exemplo, ocasionou efeitos combinados de incremento e redução no PL dos bancos. A maioria das elevações no PL foi causada pela adoção do método de avaliação a *fair value* dos investimentos classificados como “disponíveis para venda”, que antes eram avaliados ao custo histórico. As reduções no PL foram provocadas principalmente pelo aumento das provisões para perdas nas operações de crédito (*loan impairment*) e pelo reconhecimento de derivativos com valor líquido negativo.

A IAS 32 ocasionou reduções no PL das instituições, em decorrência de reclassificações para exigibilidades, de instrumentos financeiros anteriormente classificados no PL como interesses minoritários ou ações preferenciais não patrimoniais.

Uma terceira norma que acarretou alterações significativas no PL das instituições analisadas pela Ernst & Young foi a IAS 19 – *Employee Benefits*. Essa norma foi responsável por diminuições nos patrimônios líquidos dos bancos europeus devido ao reconhecimento de déficits em fundos de benefícios a empregados.

Resumidamente, as pesquisas citadas trataram de aspectos como:

- Associação de características econômicas e de desenvolvimento da profissão contábil de um país, com determinadas diferenças existentes entre normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade;
- Existência de demanda por divulgação dos ajustes das demonstrações contábeis locais às IFRS;
- Reação dos mercados de capitais à divulgação dos primeiros ajustes às IFRS;
- Principais assuntos contábeis que geraram divergências e influenciaram resultados e patrimônios líquidos: *goodwill*, instrumentos financeiros (IAS 32 e 39), benefícios a empregados e consolidação de empresas associadas, e
- Efeitos econômicos (liquidez de mercado e custo do capital) para as empresas que adotaram as IFRS pela primeira vez.

Não foram encontrados, por ora, tanto no âmbito internacional quanto no nacional, trabalhos divulgados acerca de influências das Normas Internacionais de Contabilidade nos indicadores econômico-financeiros de empresas ou de bancos da União Européia (recorde-se que a investigação das influências nos indicadores econômico-financeiros de bancos constitui o objetivo geral desta obra).

Dessa forma, será prosseguida a presente pesquisa, adotando como seguinte passo o estudo da análise de demonstrações contábeis de bancos através de indicadores econômico-financeiros.

3 ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE BANCOS

As demonstrações contábeis das empresas têm utilidade a diversos usuários, tais como credores de curto prazo, investidores em ações, financiadores de longo prazo, profissionais à procura de emprego, sindicatos que avaliam a capacidade da empresa em suportar aumentos salariais, fornecedores, clientes etc.

Segundo Eliseu Martins, a análise dessas demonstrações tem o objetivo geral de:

[...] formar uma idéia sobre o desempenho da empresa durante um certo período e [...] extrair informações que ajudem, complementarmente a outras, a efetuar projeções sobre o futuro dessa entidade (Martins, IOB 26/2005, p. 1).

O termo análise de demonstrações contábeis é também designado de maneira simplificada como análise de balanços que, muitas vezes, confunde-se com uma de suas técnicas largamente empregada, qual seja, a técnica de análise através de índices.

Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa” (Matarazzo; 2003, p. 147).

Cabe destacar que a análise isolada de um índice não é capaz de evidenciar informação relevante. Contudo, se um índice for analisado em diversos períodos, e comparado com os de outras empresas ou com índices-padrão do setor, então a análise pode tornar-se mais rica, permitindo chegar a melhores conclusões acerca da situação de uma empresa.

Uma boa análise de balanço, entretanto, não necessita de instrumentos sofisticados ou de índices complexos e em grande quantidade. O autor Eliseu Martins é defensor da idéia de que, para elaborar uma análise de balanço basta saber ler, conhecer um pouco da empresa e muito de contabilidade.

É comum [...] vermos alguns textos que se preocupam muito mais com uma quantidade infindável de ‘índices’ do que com a análise crítica da capacidade de dizer de cada um deles. Normalmente uma pequena quantidade desses indicadores é suficiente para a extração das conclusões mais relevantes. Na verdade, pode-se afirmar que, quanto mais indicadores se utilizar, a partir de mais ou menos uma meia dúzia deles, maior poderá ser o risco de perder o conjunto de vista e de se fixar em detalhes sem tanta importância (Martins, IOB 26/2005, p. 2).

Atendo-se para esses cuidados a serem tomados quando de uma análise através de indicadores econômico-financeiros é que se tentou eleger alguns índices julgados importantes para a análise de demonstrações contábeis de bancos.

Entretanto, os estudos acerca da análise de demonstrações contábeis de bancos através de índices ainda são escassos no Brasil. Tanto que as raras publicações nacionais existentes sobre o assunto se baseiam muito na CAMELS⁹, considerada a metodologia de avaliação mais utilizada pelos órgãos de supervisão bancária do mundo, difundida nos trabalhos publicados pelo Federal Reserve¹⁰ e pelo Fundo Monetário Internacional¹¹. O tópico seguinte apresentará mais detalhes sobre essa metodologia de análise.

3.1 A Metodologia CAMELS

A metodologia CAMEL, que inicialmente incorporava cinco blocos principais de análise – adequação do capital (*capital adequacy*), qualidade dos ativos (*asset quality*), capacidade gerencial (*management capability*), resultados (*earnings quantity and quality*) e liquidez (*adequacy of liquidity*) – foi desenvolvida pelo *Federal Financial Institutions Examination Council* e adotada a partir de 1979 para analisar a solidez das instituições financeiras através de uma base uniforme de avaliação.

Com o passar dos anos, porém, inúmeras mudanças ocorreram na indústria bancária e nas agências de supervisão. Tanto que a metodologia CAMEL foi revisada e sofreu a incorporação de um sexto componente, o “*sensitivity to market risk*”. Essa revisão ocorreu em 1996, quando a metodologia passou a ser denominada CAMELS. Na seqüência será explicado cada um de seus componentes.

⁹ O *Uniform Financial Institutions Rating System* (UFIRS), mais conhecido por CAMELS, foi desenvolvido pelo *Federal Financial Institutions Examination Council*, composto pelos supervisores bancários norte-americanos e adotado a partir de 20/12/1979. Disponível em <http://www.federalreserve.gov>.

¹⁰ Banco Central norte-americano, também denominado *Fed*.

¹¹ Tradução de *International Monetary Fund* (IMF). A instituição supervisiona o sistema financeiro mundial através do estudo das taxas de câmbio, balanças de pagamentos e da oferta de assistência técnica e financeira aos países.

C – Capital Adequacy (Adequação do Capital)

Uma instituição financeira deve manter nível de capital em consonância com a natureza e a extensão dos riscos que ela assume, bem como em conformidade com a capacidade gerencial de identificar, medir, monitorar e controlar tais riscos.

O comprometimento do capital, independentemente da causa, significa problemas na situação econômico-financeira de uma instituição e, conseqüentemente, aumento da exposição a riscos.

Sabe-se que as diferentes formas de “capital” (recursos integralizados, lucros, reavaliação, ajustes a valor de mercado etc.) compõem o grupamento contábil denominado patrimônio líquido. Para Iudícibus (2004, p. 183): “[...] o patrimônio líquido pode ser simplesmente definido como a diferença, em determinado momento, entre o valor do ativo e do passivo, atribuindo-se a este último a conotação restrita de dívidas e obrigações.” Com isso é possível inferir a seguinte conclusão:

[...] quando há superioridade nos valores dos ativos em relação ao valor dos passivos, existe a percepção de que a instituição tem capacidade de honrar todas as obrigações e ainda sobram recursos para os proprietários. Nessa situação, diz-se que a instituição tem patrimônio líquido positivo e está solvente. [...] Por isso, o patrimônio líquido é o principal elemento considerado na avaliação da situação econômica das instituições. Mesmo problemas de qualidade nos ativos ou a perda de depósitos podem ser suportados, até determinado limite, quando há patrimônio líquido em nível adequado (Capelletto, 2006, p. 31).

Ciente da importância na determinação de um nível mínimo de capital para os bancos foi que o Comitê da Basileia editou o Acordo de Capital da Basileia, que estabeleceu limites de exposição a riscos com base no capital disponível da instituição. Os riscos considerados na determinação do nível de capital podem ser o de crédito, o de mercado, o operacional e outros, os quais são capazes de ocasionar situações adversas para uma instituição financeira (Federal Reserve, 1996, p. 5).

Pela metodologia CAMELS, a adequação de capital de uma instituição é classificada em níveis de *rating* de acordo com numerosos fatores como: a quantidade e a qualidade do capital, a habilidade gerencial de incrementar o capital quando necessário, a natureza e o volume dos ativos problemáticos existentes, a exposição a riscos de itens fora do balanço, entre outros.

A – Asset Quality (Qualidade dos Ativos)

A situação de insolvência de uma instituição financeira pode surgir, muitas vezes, a partir da deterioração de seus ativos, revelada pela incapacidade destes gerarem receitas suficientes para cobrir suas despesas.

Num banco comercial, os ativos de maior relevância costumam ser constituídos pela carteira de crédito, a qual merece especial atenção quanto à sua composição (empréstimos hipotecários, pessoais, rurais, para investimento etc.), quanto à concentração num determinado local (país ou região) ou com poucos clientes, quanto à adequação legal dos procedimentos e dos contratos de crédito, quanto às condições de prazos e taxas, entre outros.

Um aspecto de análise da qualidade dos ativos bem destacado pela metodologia CAMELS é a avaliação da parcela dos créditos de baixa qualidade que as instituições podem carregar. Esses créditos de baixa qualidade são chamados de *nonperforming loans* ou NPL.

Em muitos países, incluindo a maioria dos G-10, ativos são considerados ‘*nonperforming*’ quando (1) o principal ou os juros encontram-se vencidos e não pagos por 90 dias ou mais; ou (2) o pagamento dos juros devidos de 90 dias forem capitalizados ou refinanciados [tradução nossa] (IMF, 2001, p. 14).

Nesse sentido, é ponderada ainda a capacidade do banco de constituir provisões suficientes para cobrir as possíveis perdas dos seus ativos.

Atente-se que a maioria desses aspectos também é considerada na avaliação dos demais ativos das instituições financeiras, especialmente na avaliação da carteira de títulos que compõe a tesouraria.

M – Management (Capacidade Gerencial)

A capacidade gerencial demonstra a competência dos administradores de identificar, medir e controlar os riscos das atividades de um banco e, adicionalmente, assegurar a “saúde” financeira, eficiência operacional e aderência às normas e regulamentos instituídos para a entidade.

Boas práticas gerenciais podem ser demonstradas, por exemplo, através de: proatividade da equipe de diretores e gerentes; equipe de pessoal qualificado; adoção de normas de procedimentos internos e controles adequados; desenvolvimento e manutenção de auditoria interna; efetivo monitoramento de riscos e gerenciamento dos sistemas de informações etc. (Federal Reserve, 1996, p. 7).

A avaliação desses e de outros fatores determinam a classificação da capacidade gerencial da instituição em determinado *rating*.

E – Earnings (Resultados)

Nas considerações desse bloco, além da reflexão sobre a quantidade e a tendência dos resultados de um banco, tenta-se analisar os fatores que influenciam a sustentabilidade e a qualidade dos resultados.

Algumas vezes, bons resultados no curto prazo são obtidos por meio de mau gerenciamento do risco de crédito que, no longo prazo, pode resultar em perdas para a instituição, ou são obtidos por elevada exposição a mercados arriscados que determinam resultados de grande volatilidade.

Do mesmo modo, as características da estrutura de capital, o conjunto de negócios oferecidos e as práticas contábeis adotadas devem ser considerados na análise dos resultados de um banco, principalmente quando a análise é realizada através de índices já que, às vezes, a análise isoladamente de um índice pode levar a conclusões errôneas (IMF, 2001, p. 18).

Diferenças na estrutura de capital revelam, por exemplo, se uma instituição é mais ou menos alavancada. Com isso, bancos com menor alavancagem (grande proporção de patrimônio líquido) tendem a demonstrar bons indicadores de Retorno sobre os Ativos¹² (ROA) ao mesmo tempo, porém, que demonstram indicadores insatisfatórios de Retorno sobre o Patrimônio Líquido¹³ (ROE).

¹² *Return on Assets* (ROA) – Resultado Líquido/Ativo Total.

¹³ *Return on Equity* (ROE) – Resultado Líquido/Patrimônio Líquido.

Diferentes ramos de atuação de uma instituição financeira geram diferentes combinações de altas e baixas margens de ganho. A análise de apenas um indicador como o de Margem de Intermediação ou simplesmente a análise do subtotal Lucro Bruto pode levar a conclusões precipitadas. Como exemplo, pode-se citar um banco cujo foco seja o mercado de varejo, o qual está associado a altas margens de intermediação, pois o custo de captação através de depósitos é baixo. Esse ramo de atuação, porém, está associado a elevados custos operacionais não incluídos no índice Margem de Intermediação. No mesmo sentido, bancos que oferecem serviços de investimentos tendem a apresentar elevados custos operacionais, bem como elevados ganhos não operacionais, que não são avaliados pelo índice citado anteriormente.

A adoção de diferentes práticas contábeis por instituições financeiras também dificulta a avaliação dos resultados dessas instituições devido aos diferentes critérios de avaliação dos ativos, de reconhecimento de receitas, de apropriação de despesas como as de depreciação e as de provisão para devedores duvidosos, entre outros.

L – Liquidity (Liquidez)

Nesse item valem ser enfatizados os aspectos comentados pelo autor Eliseu Martins no tocante à importância da liquidez e ao seu relacionamento com a rentabilidade, nas análises de balanço das empresas em geral:

Toda análise de balanço se resume a dois grandes objetivos: conhecer a liquidez e a rentabilidade das empresas. Com a análise relativa à liquidez o que se pretende é verificar a capacidade da empresa de cumprir seus compromissos financeiros com todos os que a provêm de recursos, quer sejam financeiros, humanos, materiais, de serviços etc. Isso pode incluir análises de liquidez a prazo muitíssimo curto, a prazo médio, longo, etc. [...] É interessante lembrar que, em geral, liquidez e rentabilidade são objetivos conflitantes, já que o máximo da liquidez se consegue com muito recurso financeiro disponível para saldar dívidas e isso automaticamente diminui a rentabilidade dos capitais totais empregados. A maximização da rentabilidade também implica, normalmente, trabalhar ‘na corda bamba’, com muitos recursos de terceiros, quando conseguidos com custos abaixo do que os ativos possam produzir, mas isso aumenta enormemente os riscos e pode ocasionar sérios e insolúveis problemas de capacidade de liquidação das obrigações nos ‘soluços’ negociais (Martins, IOB 31/2005, p. 2).

Esses aspectos, além de serem verificados nas análises de empresas em geral, têm importância igual nas análises de instituições financeiras. Essas entidades devem se esforçar na

administração da liquidez, disponibilizando ativos líquidos suficientes para honrar o volume provável de saques efetuados pelos clientes em situação de normalidade.

No entanto, quando por determinado motivo ocorrem saques em montantes superiores aos esperados, os bancos são praticamente obrigados a realizar parte dos seus ativos não líquidos às pressas, fato que prejudica consideravelmente a rentabilidade da instituição. Nesse sentido, ressalta-se a preocupação com o “descasamento” de prazos entre ativos e passivos, ou seja, com o risco de haver resgates dos recursos captados, na forma de depósitos, em qualquer tempo, na ocasião em que as aplicações em ativos são realizadas a prazos pré-definidos e longos.

No tocante à liquidez, a metodologia CAMELS avalia: a adequação da liquidez, a habilidade em suprir necessidades de caixa em momentos de crise sem prejudicar as atividades operacionais, o acesso ao mercado de capitais, ou seja, a diversificação das fontes de recursos e a capacidade de securitizar ativos quando necessário, dentre outros.

S – Sensitivity to Market Risk (Sensibilidade ao Risco de Mercado)

Grande parte das atividades de um banco são envolvidas por aspectos de riscos de mercado, como os riscos de alterações na taxa de juros, na taxa de câmbio, nos preços das ações ou nos preços das *commodities*.

Para avaliação desse componente, pode-se considerar: a habilidade gerencial de identificar, medir e controlar os riscos de mercado, bem como a natureza e a complexidade das operações envolvidas, o tamanho da instituição e a adequação do capital e dos resultados em relação ao nível de exposição ao risco de mercado (Federal Reserve, 1996, p. 11).

Uma das técnicas largamente utilizadas, que é inclusive recomendada pelo Comitê da Basiléia para verificar a influência dos riscos de mercado nas variáveis contábeis, é o valor em risco (VaR)¹⁴.

¹⁴ A maior vantagem do VaR consiste em resumir, num único número de fácil compreensão, a exposição total ao risco de mercado de uma instituição.

3.2 Os Indicadores Recomendados pelo Fundo Monetário Internacional

Em seus trabalhos de monitoramento e assistência técnica e financeira, o Fundo Monetário Internacional divulga um manual denominado *Financial Soundness Indicators* (FSI), pelo qual estabelece doze indicadores econômico-financeiros essenciais à avaliação das instituições financeiras.

Esses indicadores muito se baseiam na metodologia CAMELS de análise, como é demonstrado na tabela seguinte:

Tabela 1 - Indicadores recomendados pelo Fundo Monetário Internacional

C	1. Capital total regulamentar para cobertura dos ativos ponderados pelo risco
	2. Capital nível 1 para cobertura de ativos ponderados pelo risco
A	3. Créditos vencidos sobre o total das operações de crédito
	4. Créditos vencidos líquidos de provisão sobre o capital
	5. Distribuição setorial dos créditos sobre o total as operações de crédito
M	*
E	6. Rentabilidade do ativo
	7. Rentabilidade do capital
	8. Margem financeira (resultado de intermediação sobre as receitas)
	9. Despesas administrativas sobre as receitas
L	10. Ativos líquidos sobre o ativo total
	11. Ativos líquidos sobre as dívidas de curto prazo
S	12. Posição líquida em moeda estrangeira sobre o capital
* Não há indicadores quantitativos para avaliação da capacidade gerencial.	

Fonte: IMF, 2004, p. 114.

3.3 Bibliografia Nacional sobre Análise de Bancos

Parte A – Assaf Neto

Para análise de bancos, Assaf Neto sugere a adoção de alguns blocos principais, os quais devem ser abordados pelos indicadores econômico-financeiros. O primeiro bloco refere-se à avaliação da solvência e liquidez de uma instituição financeira.

[...] a liquidez dos bancos reflete a capacidade financeira da instituição em atender prontamente toda demanda por recursos de caixa. A posição de liquidez revela, mais especificamente, a habilidade de uma instituição gerar caixa de maneira a atender adequadamente a suas obrigações financeiras (Assaf Neto. 2006, p. 313).

Para essa avaliação, o autor apresenta vários indicadores que relacionam disponibilidades líquidas com exigibilidades de curto prazo, além de indicadores que demonstram a proporção de ativos não líquidos em relação às exigibilidades ou ao ativo total. Na tabela seguinte alguns desses indicadores são citados.

Tabela 2 – Indicadores Assaf : Bloco Solvência e Liquidez

1. Encaixe Voluntário = Disponibilidades / Depósitos à Vista 2. Liquidez Imediata = (Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras) / Depósitos à Vista 3. Empréstimos sobre Depósitos = Operações de Crédito / Depósitos 4. Participação dos Empréstimos = Operações de Crédito / Ativo Total

Fonte: Assaf Neto, 2002, p. 278.

O segundo bloco diz respeito aos aspectos de capital e risco. Como salientado na metodologia CAMELS, as atividades bancárias são altamente sensíveis às variações econômicas e, por isso, faz-se necessário a manutenção de capital mínimo suficiente para cobrir eventuais perdas nos negócios ativos da instituição. Para essa análise Assaf sugere indicadores que relacionam o patrimônio líquido com o ativo e também com o passivo, a fim de determinar o grau de alavancagem da instituição.

Tabela 3 – Indicadores Assaf: Bloco Capital e Risco

5. Independência Financeira = Patrimônio Líquido / Ativo Total 6. Leverage = Ativo / Patrimônio Líquido 7. Relação Capital / Depositantes = Patrimônio Líquido / Depósitos 8. Imobilização do Capital Próprio = Ativo Permanente / Patrimônio Líquido

Fonte: Assaf Neto, 2002, p. 281.

O terceiro bloco é denominado rentabilidade e lucratividade, pelo qual é recomendada a adoção de inúmeros indicadores, dentre os quais destacam-se:

Tabela 4 – Indicadores Assaf: Bloco Rentabilidade e Lucratividade

- 9. Retorno sobre o PL = $\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$
- 10. Retorno sobre o Investimento Total = $\text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}$
- 11. Margem Líquida = $\text{Lucro Líquido} / \text{Receita de Intermediação Financeira}$
- 12. Margem Financeira = $\text{Resultado Bruto de Intermediação Financeira} / \text{Ativo Total}$
- 13. Lucratividade dos Ativos = $\text{Receitas de Intermediação Financeira} / \text{Ativo Total}$
- 14. Custo Médio de Captação = $\text{Despesas Financeiras de Captação} / \text{Depósitos a Prazo}$
- 15. Juros Passivos = $\text{Despesa de Intermediação} / \text{Passivo Total}$
- 16. Eficiência = $\text{Despesas Operacionais} / \text{Receitas de Intermediação Financeira}$

Fonte: Assaf Neto, 2002, p. 284.

O autor apresenta ainda o último bloco denominado Análise da Sensibilidade de Juros – GAP, pelo qual define o conceito de GAP como sendo o “descompasso existente entre os ativos e passivos conhecidos como sensíveis, ou seja, aqueles expostos aos efeitos que uma mudança nas taxas de juros pode exercer sobre a lucratividade da instituição financeira”.

Tabela 5 – Indicadores Assaf: Bloco Sensibilidade dos Juros

- 17. Índice de Sensibilidade dos Juros = $\text{Ativos Sensíveis} / \text{Passivos Sensíveis}$

Fonte: Assaf Neto, 2002, p. 287.

O índice de sensibilidade dos juros proposto compara os ativos sensíveis com os passivos sensíveis, revelando possibilidades de ganhos com o aumento da taxa de juros, caso a instituição possua mais ativos sensíveis do que passivos sensíveis (em contrapartida, há risco de perdas com o aumento da taxa, caso haja mais passivos sensíveis do que ativos sensíveis). Portanto, um GAP igual a 1 (um) denota posição de equilíbrio da margem de lucro da instituição contra riscos de flutuação das taxas de juros.

Desse modo, observa-se que a maioria dos indicadores recomendada pelo Fundo Monetário Internacional no tópico anterior é tratada de alguma forma na bibliografia analisada neste tópico, exceto no que se refere aos indicadores de qualidade dos ativos.

Parte B – Febraban

Uma equipe pertencente à Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) publicou, no ano de 1990, caderno de estudos intitulado Introdução à Análise de Instituições Financeiras, o qual

apresenta metodologia de análise horizontal das demonstrações financeiras de bancos, bem como recomenda utilização de planilha contendo oito grupos de indicadores econômico-financeiros a serem calculados para, no mínimo, três exercícios sociais, conforme Tabela 6.

Os indicadores do grupo **Liquidez** refletem a situação estática de condição de solvência das obrigações. O conjunto de índices de **Estrutura Patrimonial** indica a política da instituição financeira com relação ao endividamento e capitalização, dando também idéia da força de captação. Os indicadores de **Qualidade da Carteira de Crédito** avaliam, principalmente, o volume de créditos em atraso e se tal volume está totalmente “coberto” por provisões. O grupo **Estrutura de Captação** relaciona as fontes de recursos entre si, registrando a agressividade do banco pela relação capital de terceiros X capital próprio. O conjunto **Aplicação de Recursos de Curto e Longo Prazo** visa demonstrar as diversas modalidades de aplicação, evidenciando sua participação em função dos recursos oriundos de terceiros mais o capital de giro próprio (PL – Ativo Permanente). Os indicadores **Operacionais** mostram o comportamento operacional da instituição, medindo o desempenho em relação ao volume de receitas auferido no período. O grupo **Participação das Principais Despesas sobre as Receitas Operacionais** procura revelar o desempenho da instituição no que se refere a custos, permitindo a identificação e análise das causas de um melhor ou pior desempenho. Por fim, os indicadores de **Rentabilidade Média** expressam o retorno obtido em relação ao patrimônio líquido, ativo total e aos investimentos em controladas, ou seja, são relacionados os resultados globais, lucro e resultado de equivalência patrimonial com os valores que expressem sua dimensão total avaliando, assim, a rentabilidade da instituição.

Tabela 6 - Indicadores Febraban

Liquidez	1. Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)
	2. Liquidez Geral (Ativo Circulante + ARLP) / (Passivo Circ. + PELP)
Estrutura Patrimonial	3. Imobilização do PL (Ativo Permanente / PL)
	4. Capital de Terceiros Total (Passivo Circulante + PELP) / Ativo Total
	5. Capital de Giro Próprio (PL – Ativo Permanente) / PL
Qualidade da Carteira de Crédito	6. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa / Carteira de Crédito
	7. Créditos em Liquidação / Carteira de Crédito
	8. Despesas com Provisões / Carteira de Crédito
	9. Créditos em Liquidação / PL
Estrutura de Captação	10. Despesas com Provisões / PL
	11. Depósitos / PL
	12. Captações no Mercado Aberto / PL
	13. Empréstimos e Repasses / PL
Aplicação de Recursos Curto e Longo Prazo	14. Alavancagem Total (Passivo Circulante + PELP) / PL
	15. Carteira de Crédito / Capital Terceiros e Próprio
	16. Tesouraria / Capital Terceiros e Próprio
	17. Carteira de Câmbio / Capital Terceiros e Próprio
Operacionais	18. Total Ativos CP e LP / Capital Terceiros e Próprio
	19. Resultado Operacional / Receitas Operacionais
	20. Resultado Líquido / Receitas Operacionais
	21. Despesas de Captação / Receitas Operacionais
Participação das Principais Despesas sobre as Receitas Operacionais	22. Despesas de Empréstimos e Repasses / Receitas Operacionais
	23. Despesas Administrativas / Receitas Operacionais
	24. Despesas com Provisões / Receitas Operacionais
	25. Resultado Operacional / PL médio
Rentabilidade Média	26. Lucro Líquido / PL médio
	27. Resultado dos Investimentos em controladas / Investimentos
	28. Rentabilidade do Ativo (Lucro Líquido / Ativo)

Fonte: IBCB, 1990, p. 20.

3.4 Pesquisa Recente sobre Indicadores Contábeis do Setor Bancário

Em pesquisa recente, objeto de Tese de Doutorado apresentada em 2006, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, foi avaliado o risco do setor bancário através de variáveis econômicas e contábeis (Capelletto, 2006, p. 9).

Em sua obra, o autor Lucio Capelletto destaca que muitas são as pesquisas acerca da influência de variáveis econômicas (reservas internacionais, taxa de câmbio, endividamento externo etc.)

nas crises dos sistemas financeiros de vários países. No entanto, informações contábeis são muito pouco consideradas nas pesquisas sobre risco sistêmico e crise financeira.

Em vista disso, seu estudo procurou testar a influência de algumas variáveis econômicas e também contábeis (qualidade do crédito, liquidez, capitalização e rentabilidade) nas crises de sistemas financeiros, a fim de eleger as variáveis com maior capacidade de sinalizar a probabilidade de ocorrência dessas crises.

Para tanto foram calculados indicadores para os balanços dos sistemas financeiros de países que sofreram crises, referentes a períodos imediatamente anteriores a elas, bem como calculados os mesmos indicadores para os balanços dos países que não sofreram crises. Tais indicadores foram submetidos à análise de regressão logística, a fim de verificar a significância estatística deles na determinação de um sistema bancário suscetível à ocorrência de crises.

Os resultados alcançados revelaram que as variáveis contábeis e econômicas mais associadas à ocorrência de crises estavam relacionadas com a qualidade dos créditos, o volume dos resultados e o nível de taxa de juros. Assim, os indicadores contábeis de maior relevância identificados referiam-se à **volatilidade da inadimplência** e à **volatilidade da rentabilidade**.

3.5 Seleção dos Indicadores para Análise de Bancos e Determinação dos Indicadores Utilizados na Pesquisa

Diante da apresentação de dezenas de indicadores é possível concluir que uma infinidade deles pode ser criada relacionando-se contas ou blocos de contas das demonstrações contábeis. Entretanto, não se pode perder de vista as recomendações citadas no início do capítulo, destacando-se que uma boa análise de balanço não depende de indicadores econômico-financeiros complexos, nem tampouco em grande quantidade.

Posto isto, e mediante apreciação da bibliografia mencionada anteriormente, bem como considerando que uma análise econômico-financeira depende, dentre muitos fatores, da percepção individual do analista e da seleção discricionária de indicadores de sua preferência, foram estabelecidos quatro grupos de indicadores econômico-financeiros julgados de grande

importância para avaliação de um banco, quais sejam: **Liquidez, Estrutura Patrimonial e de Captação, Qualidade da Carteira de Crédito e Rentabilidade**. Entretanto, os indicadores pertencentes aos grupos Qualidade da Carteira de Crédito e Rentabilidade não puderam ser utilizados no estudo por motivos explicitados na seqüência.

Bloco Liquidez

$$\text{1. Encaixe} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos Totais}}$$

Tal índice é apresentado na literatura de Assaf Neto como auxiliar na identificação da capacidade financeira de um banco cobrir saques contra depósitos na data de encerramento do exercício social. O autor, no entanto, indica como denominador da fórmula a conta Depósitos à Vista que, na presente pesquisa, é substituída pelo total de Depósitos, pois muitas das instituições financeiras estrangeiras não desmembram o grupo Depósitos entre à vista e a prazo. Valores mais elevados de encaixe, ao mesmo tempo em que promovem maior segurança financeira à instituição, comprometem os ganhos com aplicações rentáveis em títulos ou empréstimos e financiamentos.

$$\text{2. Liquidez Imediata} = \frac{\text{Ativos Líquidos}^*}{\text{Depósitos Totais}}$$

$$* \text{ (Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras + Títulos Negociáveis)}$$

Esta fórmula é, em parte, recomendada pelo Fundo Monetário Internacional, o qual indicou como denominador o grupo de Dívidas de Curto Prazo. As Dívidas de Curto Prazo foram designadas como Depósitos Totais por não haver nos balanços patrimoniais de bancos estrangeiros a segregação de contas circulantes (de curto prazo) e não-circulantes (de longo prazo). O índice reflete o grau de cobertura das principais obrigações financeiras de um banco por aplicações de liquidez. Assim, quanto maior for o índice, mais favorável será a condição de liquidez da instituição.

$$\text{3. Participação dos Créditos} = \frac{\text{Carteira de Crédito}}{\text{Ativo Total}}$$

A participação da carteira de Crédito nos Ativos Totais pode ser facilmente observada mediante uma análise vertical do Balanço Patrimonial. Porém, como esse tipo de análise não está sendo tratada na pesquisa, optou-se pela escolha do indicador Participação dos Créditos, designado na literatura de Assaf como Participação dos Empréstimos. Ao apresentar o percentual do ativo total de um banco que se encontra aplicado em operações de crédito em diversos exercícios sociais, o índice revela a estratégia de incremento em tais operações e a maior ou menor preocupação com a administração da liquidez, visto que eventual aumento da participação dos créditos implica redução da liquidez da instituição (a carteira de crédito é considerada ativo de baixa liquidez).

Bloco Estrutura Patrimonial e de Captação

$$\text{4. Relação Créditos/Depósitos} = \frac{\text{Carteira de Crédito}}{\text{Depósitos Totais}}$$

Como um dos interesses da presente seleção de índices é apurar eventual impacto das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações contábeis de bancos, o indicador Relação Créditos/Depósitos (designado na literatura de Assaf como Empréstimos sobre Depósitos) foi selecionado por envolver relação abrangente sobre as principais contas do balanço de uma instituição financeira.

Esse índice revela a proporção dos depósitos totais de um banco que é aplicada em operações de crédito. Um incremento na relação Créditos/Depósitos identifica diminuição da capacidade em atender a eventuais saques nas contas dos depositantes. Por outro lado admite-se que esse incremento possibilite maiores receitas com juros das operações de crédito.

$$\text{5. Alavancagem} = \frac{\text{Passivos de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

O conceito de “alavancagem” recebe este nome por analogia ao mecanismo físico da alavanca (um capital relativamente pequeno é capaz de impulsionar uma grande quantidade de ativos mediante o passivo de terceiros).

A maior alavancagem, ou seja, a maior proporção de fontes de recursos de terceiros em relação às fontes próprias, registra maior endividamento financeiro por parte da instituição e, conseqüentemente, maior exposição a riscos, dada a pequena proporção de capital próprio para fazer frente a eventuais perdas futuras.

Motivo adicional para a escolha deste índice foi o envolvimento de grupos de contas importantes e de grande abrangência (Passivos e PL).

$$\text{6. Capitalização} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Trata-se de índice que exprime o amparo que os capitais próprios proporcionam ao conjunto de ativos de um banco. A análise dessa relação é efetuada pelo Fundo Monetário Internacional através do Índice de Basiléia (capital total regulamentar para cobertura dos ativos ponderados pelo risco), o qual revela o amparo dos capitais próprios ao conjunto de seus ativos de risco, ponderando-se a expectativa de perdas, próprias de cada tipo de aplicação. Tal índice, porém, não foi adotado devido a sua complexidade (o Índice da Basiléia apenas pode ser calculado pela própria instituição, mediante desdobramentos contábeis detalhados).

Um indicador de capitalização elevado revela a existência de grande parcela de recursos próprios na atividade da instituição, mas não reflete uma situação favorável, necessariamente. De fato, para que o indicador seja proporcionalmente elevado, seu ativo deve ser pequeno em termos relativos e o capital, elevado. Nesta situação, o risco do ativo pode ser pequeno, mas o retorno auferido será igualmente baixo. Na situação oposta, o ativo deve ser elevado em relação ao capital. Com esse perfil, o retorno seria ampliado e, com ele, a possibilidade de perdas.

Bloco Qualidade da Carteira de Crédito

Muito embora os índices referentes à qualidade dos ativos (créditos) tenham sua importância comprovada – tanto pela indicação da metodologia CAMELS quanto pela planilha de análise da Febraban e pela pesquisa apresentada por Capelletto – esses não serão utilizados no atual estudo porque envolvem informações constantes de notas explicativas (créditos *nonperforming*) que, por vezes, não foram divulgadas ou apresentaram maior dificuldade de alcance. Contudo, no objetivo de bem avaliar a situação econômico-financeira de bancos, os dois indicadores abaixo poderiam ser selecionados.

$$\text{7. Inadimplência} = \frac{\text{Créditos Vencidos}}{\text{Carteira de Crédito}}$$

A identificação da proporção de créditos vencidos em relação ao total das operações de crédito permite a avaliação da qualidade dos ativos que usualmente representam as principais aplicações de um banco, bem como permite avaliação das perspectivas de geração de resultados.

Segundo Capelletto (2006, p. 96), “o processo de insolvência das instituições é normalmente originado na incapacidade de gerar receitas suficientes para cobrir despesas, podendo ser consequência tanto do baixo volume operacional como da má qualidade dos ativos. A deterioração na qualidade do crédito significa maior risco e a expectativa é que o indicador apresente sinal positivo na relação com o nível de risco sistêmico”.

$$\frac{\text{8. Impacto dos Créditos Vencidos sem Provisão no PL}}{\text{Vencidos sem Provisão no PL}} = \frac{\text{Créditos Vencidos Líquidos de Provisão}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Fórmula indicada pelo Fundo Monetário Internacional, utilizada quando o total de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa não é suficiente para cobrir as operações inadimplentes. Tal excesso de créditos vencidos em relação às provisões é comparado à parcela de recursos próprios, a fim de medir o impacto de possíveis perdas com a carteira de crédito no patrimônio líquido.

Bloco Rentabilidade

Não obstante a grande importância de avaliação da rentabilidade de qualquer empresa que tenha fins lucrativos, os índices deste bloco não serão utilizados no estudo devido às limitações encontradas nos dados das Demonstrações de Resultado dos bancos analisados. Isso se deve ao fato de que não foi possível obter Demonstrações de Resultado de um mesmo exercício social em GAAP¹⁵ local e em IFRS. Já os Balanços Patrimoniais puderam ser encontrados nos dois GAAPs, como será melhor explicado no tópico 4.1, constante do próximo capítulo.

Contudo, no objetivo de bem avaliar a situação econômico-financeira de bancos, os três indicadores abaixo poderiam ser eleitos.

$$\text{9. Margem Financeira} = \frac{\text{Resultado de Intermediação}}{\text{Receitas de Intermediação}}$$

O indicador citado pelo Fundo Monetário Internacional, com base na metodologia CAMELS, compara o valor resultante da estrita atividade de intermediação financeira com a receita bruta nessa atividade (desconsiderando-se as despesas com Provisões). Ou seja: do total recebido, apenas uma parte é aproveitada pela instituição, e essa parte é quantificada pelo indicador. O comportamento do índice ao longo do tempo revela o desempenho da instituição em sua atividade-fim, de intermediar captações e aplicações.

Normalmente, o resultado de intermediação constitui ponto de partida para a formação do lucro líquido. Se o resultado de intermediação apresentar valor negativo, dificilmente as demais receitas poderão reverter o déficit e, mesmo que isto ocorra, a performance da instituição já estaria claramente apresentada como insatisfatória.

$$\text{10. Eficiência} = \frac{\text{Despesas Administrativas *}}{\text{Receitas **}}$$

* Inclui Despesas com Pessoal

** (Resultado de intermediação + Receitas de Serviços)

¹⁵ Abreviação de *Generally Accepted Accounting Principles*.

Relação mencionada pelo Fundo Monetário Internacional com base na metodologia CAMELS. Reflete o nível de comprometimento das principais receitas de um banco (resultado de intermediação + receitas de serviços) com as despesas administrativas. Quanto menor se apresentar o índice, mais elevada se apresenta a produtividade, ou seja, o banco demonstra a necessidade de menor estrutura operacional para manter suas atividades.

$$\text{11. Retorno sobre o PL} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Tal indicador, citado por todas as bibliografias estudadas, exprime o desempenho geral da instituição. A razão entre o resultado líquido do período e o patrimônio líquido revela o retorno sobre os recursos próprios investidos. Somente resultados positivos possibilitam a constância operacional de um banco. Os prejuízos, por sua vez, reduzem o capital e enfraquecem a credibilidade da instituição.

A interpretação do índice, porém, merece atenção, pois um valor alto do retorno sobre o PL pode ser conseqüência tanto de resultados positivos elevados como do baixo nível de capitalização. Por isso, recomenda-se observar em conjunto o indicador de alavancagem, a fim de evitar conclusões inapropriadas.

Conclui-se, portanto, a seleção de indicadores julgados relevantes, pelo autor da presente pesquisa, para a análise econômico-financeira de um banco. Todavia, como explicado anteriormente, os indicadores pertencentes aos grupos Qualidade da Carteira de Crédito e Rentabilidade não puderam ser utilizados na obra devido às limitações encontradas na formação da base de dados. Assim, os indicadores deste estudo resumem-se aos seguintes:

- I.** Encaixe: Disponibilidades / Depósitos Totais;
- II.** Liquidez Imediata: Ativos Líquidos / Depósitos Totais;
- III.** Participação dos Créditos: Carteira de Crédito / Ativo Total;
- IV.** Relação Créditos / Depósitos: Carteira de Crédito / Depósitos Totais;
- V.** Alavancagem: Passivo de Terceiros / Patrimônio Líquido e
- VI.** Capitalização: Patrimônio Líquido / Ativo Total.

4 SELEÇÃO DOS DADOS E TESTES ESTATÍSTICOS

Para investigar os impactos da adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) nos indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia, foram selecionadas as instituições financeiras listadas nas bolsas de valores de alguns dos principais mercados de capitais do referido bloco econômico, ou seja, todos os bancos do Reino Unido listados na bolsa de Londres, todos os bancos da França listados na bolsa de Paris e todos os bancos espanhóis listados na bolsa de Madrid.

Inicialmente a pesquisa pretendia investigar impactos das IFRS nos bancos do Reino Unido, França e Alemanha. No entanto, devido à dificuldade encontrada em formar base de dados com indicadores econômico-financeiros dos bancos alemães, os quais não apresentaram a devida transparência na divulgação de ajustes entre o GAAP local e as IFRS no ano de 2004, partiu-se para a análise dos bancos espanhóis.

Para as instituições do Reino Unido, França e Espanha foram calculados dois conjuntos de indicadores¹⁶: o primeiro, utilizando-se de demonstrações divulgadas conforme o GAAP local do respectivo país, e o segundo, com demonstrações segundo as normas IFRS, referentes a um mesmo exercício social (o ano de 2004), de acordo com o explicado na sequência.

4.1 O Balanço de Abertura de 1º de janeiro de 2005

Com a adoção compulsória das normas IFRS na União Européia em 2005, as instituições financeiras abertas divulgaram suas demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício de 2005, atendendo às diversas determinações da norma IFRS 1, dentre elas a que exige a divulgação de demonstrações contábeis comparativas referente a, no mínimo, um exercício social.

Assim, as entidades que fossem divulgar as demonstrações contábeis em IFRS pela primeira vez em 2005, deveriam também preparar as demonstrações comparativas de 2004, em IFRS.

¹⁶ Os indicadores foram eleitos no tópico 3.5 do capítulo anterior.

To comply with IAS 1 Presentation of Financial Statements, an entity's first IFRS financial statements shall include at least one year of comparative information under IFRSs (IFRS 1, 2007, paragraph 36).

A partir dessa informação, portanto, é possível concluir que, para calcular indicadores econômico-financeiros antes e depois das IFRS, ou seja, em GAAP local e segundo as normas IFRS, basta obter demonstrações contábeis de instituições financeiras referentes ao exercício de 2004, em GAAP local, bem como demonstrações referentes a 2004, de acordo com as IFRS, divulgados como informação comparativa a 2005.

Ocorre que os balanços em IFRS de 2004 não foram completamente apresentados “em IFRS”, pois a quase totalidade das instituições analisadas utilizou as exceções, previstas pela IFRS 1, quanto à adoção das normas IAS 32, IAS 39 e IFRS 4, no balanço comparativo encerrado em 31 de dezembro de 2004¹⁷.

In its first IFRS financial statements, an entity that adopts IFRSs before 1 January 2006 shall present at least one year of comparative information, but this comparative information need not comply with IAS 32, IAS 39 or IFRS 4. An entity that chooses to present comparative information that does not comply with IAS 32, IAS 39 or IFRS 4 in its first year of transition shall: (a) apply the recognition and measurement requirements of its previous GAAP [...]; (b) disclose this fact together with the basis used to prepare this information; and (c) disclose the nature of the main adjustments that would make the information comply with IAS 32, IAS 39 and IFRS 4 [...] (IASB, 2007, IFRS 1 - paragraph 36A).

Contudo, as normas IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 foram aplicadas mediante ajustes ao balanço patrimonial de 2004, na data base de 1º de janeiro de 2005, com contrapartidas registradas, em sua maioria, no patrimônio líquido das instituições. Esse “balanço de abertura” de 1º de janeiro de 2005 foi publicado em nota explicativa referente à adoção das IFRS pela primeira vez, pela grande maioria das instituições financeiras analisadas, e foi o utilizado no cálculo dos indicadores econômico-financeiros “depois das IFRS”.

Ressalte-se que a comparação entre índices calculados a partir de balanços de 2004 em GAAP local, com índices calculados a partir de balanços de 1º de janeiro de 2005, de acordo com as normas IFRS, refere-se a um mesmo exercício social, ou seja, o ano de 2004.

Todavia, já que as normas IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 foram adotadas somente a partir do balanço de abertura de 2005, mediante ajustes com contrapartidas no patrimônio líquido, a utilização de demonstrações de resultados contendo todos os efeitos das IFRS em 2004 ficou

¹⁷ Nas demonstrações financeiras de 2004, publicadas de acordo com as IFRS, observou-se a expressão “except IAS 32, 39 & IFRS 4”.

prejudicada. Por conta dessa limitação não foram empregados na pesquisa indicadores econômico-financeiros envolvendo contas das demonstrações de resultados – os indicadores do bloco Rentabilidade.

Com a eleição das fontes primárias de dados¹⁸ e o cálculo dos índices dos bancos objetos do estudo, foram realizados testes estatísticos comparando conjuntos de índices em GAAP local (ou “antes das IFRS”) com conjuntos de índices de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“depois das IFRS”) de um mesmo exercício social através da ferramenta **teste de hipóteses para diferenças de médias**.

Todas as instituições financeiras selecionadas, seus respectivos indicadores econômico-financeiros e os resultados dos testes estatísticos estão descritos nas seções 4.2, 4.3 e 4.4 a seguir, referentes aos mercados de capitais do Reino Unido, França e Espanha, respectivamente.

4.2 Testes Estatísticos – Reino Unido

Para análise dos impactos da adoção compulsória das IFRS nas demonstrações contábeis de instituições financeiras abertas do Reino Unido, foram selecionadas todas as instituições financeiras do Reino Unido, com ações listadas na Bolsa de Valores de Londres, conforme tabela abaixo:

Tabela 7 - Bancos do Reino Unido listados na Bolsa de Valores de Londres

1.	Alliance & Leicester
2.	Barclays
3.	Bradford & Bingley PLC
4.	Hbos
5.	Hsbc Holdings
6.	Lloyds Tsb Group
7.	Northern Rock
8.	Royal Bank of Scotland Group
9.	Standard Chartered

Fonte: London Stock Exchange (08 mar.2007)

¹⁸ As fontes dos dados são constituídas por *annual reports* que apresentam balanços patrimoniais referentes ao exercício de 2004, em GAAP local, além de *annual reports* contendo balanços patrimoniais de 2004 – ou 1º de janeiro de 2005 – com os impactos de todas as IFRS em notas explicativas.

Dessas nove instituições financeiras, vale salientar que oito desempenham atividades de banco comercial, sendo que apenas a Alliance & Leicester atua com foco no crédito hipotecário. Apesar disso, foi decidido mantê-la na amostra selecionada, considerando que os indicadores econômico-financeiros calculados na pesquisa são aderentes tanto às atividades de banco comercial quanto às de banco hipotecário.

Após a seleção, foram obtidas as fontes de dados constituídas por demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício de 2004, publicadas de acordo com os critérios contábeis locais do Reino Unido. Da mesma forma, foram obtidas demonstrações contábeis consolidadas de 2005, as quais apresentaram balanços patrimoniais do exercício de 2004 (1º de janeiro de 2005), reclassificados de acordo com as normas internacionais IFRS.

Com esses dados, foram calculados indicadores econômico-financeiros para o ano de 2004, tanto em GAAP local quanto em IFRS, para os nove bancos, apresentados na tabela seguinte:

Tabela 8 - Indicadores econômico-financeiros calculados para os bancos do Reino Unido

Banco	Encaixe		Liquidez Imediata		Partic. Crédito	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1	0,018	0,020	0,509	0,505	0,670	0,674
2	0,025	0,012	0,645	0,968	0,488	0,400
3	0,003	0,003	0,440	0,447	0,738	0,748
4	0,011	0,012	0,360	0,508	0,649	0,655
5	0,012	0,012	0,216	0,586	0,511	0,539
6	0,016	0,015	0,316	0,635	0,551	0,550
7	0,000	0,003	0,374	0,403	0,774	0,844
8	0,027	0,025	0,422	0,404	0,592	0,547
9	0,023	0,040	0,537	0,603	0,505	0,468
Banco	Crédito X Depósito		Alavancagem		Capitalização	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1	1,135	1,133	23,048	23,693	0,042	0,040
2	0,773	1,058	27,501	37,438	0,035	0,026
3	1,293	1,431	25,018	30,326	0,038	0,032
4	1,231	1,422	20,567	27,756	0,046	0,035
5	0,803	0,894	11,117	14,157	0,083	0,066
6	0,950	0,967	25,468	29,601	0,038	0,033
7	1,537	2,568	22,231	26,024	0,043	0,037
8	0,897	0,905	15,346	21,488	0,061	0,044
9	0,713	0,720	14,088	13,170	0,066	0,071

Uma vez calculados e apresentados os índices, partiu-se para os testes estatísticos, comparando-se a média de cada indicador econômico-financeiro, em GAAP local, com a média depois da adoção das normas IFRS, com a utilização dos testes de hipóteses para diferenças de médias de duas amostras emparelhadas.

Segundo Stevenson (2001, p. 240), “os testes de duas amostras são usados para decidir se as médias de duas populações são iguais”. Entretanto, como este estudo pretende comparar as médias de indicadores de populações e não de amostras (populações essas representadas por todos os bancos listados na bolsa de seu respectivo país), a utilidade do teste de hipóteses para diferenças de médias consiste em definir se as diferenças entre as médias dos indicadores antes e depois das IFRS são significativamente relevantes do ponto de vista estatístico. Para tanto foi necessário determinar um nível de significância (o de 5%) e definir as hipóteses do teste.

A hipótese nula define que as médias dos indicadores calculados a partir de demonstrações segundo critérios contábeis locais do Reino Unido são iguais às médias dos indicadores calculados segundo as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS, ou seja:

$$H_0: (\mu \text{ antes IFRS}) - (\mu \text{ depois IFRS}) = 0$$

Conseqüentemente, a hipótese alternativa se resume em $H_1: (\mu \text{ antes IFRS}) - (\mu \text{ depois IFRS}) \neq 0$.

No intuito de aceitar ou rejeitar a hipótese nula, importa destacar que existem dois métodos para realizar esse tipo de teste: os testes paramétricos e os não-paramétricos.

De acordo com Marocco (2003, p. 111), “[...] os testes paramétricos exigem que a forma da distribuição amostral seja conhecida (a Normal é a mais utilizada...)”. Os testes não paramétricos não têm essa exigência e constituem alternativa para os testes paramétricos. De modo geral, os testes paramétricos são mais potentes que os não-paramétricos, razão pela qual não devemos usar sempre esses últimos, apenas quando não existir alternativa, ou seja, quando não for possível validar as condições de aplicação dos testes paramétricos.

Para que seja possível a utilização de testes paramétricos, as seguintes condições devem ser atendidas: (1) a variável dependente deve possuir distribuição normal; (2) as variâncias

populacionais devem ser homogêneas, no caso de comparação de duas ou mais populações e (3) as variáveis devem ser quantitativas.

Como as variáveis do estudo são quantitativas, resta verificar se elas possuem distribuição normal e se as variâncias apresentam homogeneidade. Para tanto, pode-se realizar testes de aderência para a normalidade, como o de **Kolmogorov-Smirnov** e o teste de **Shapiro-Wilk** (preferível para amostras de pequena dimensão – $n < 30$), além de testes de homogeneidade de variâncias, como o de **Levene**, que é um dos mais potentes utilizados para esse fim.

Na próxima tabela são apresentados os testes de normalidade e homogeneidade das variâncias, efetuados para todos os indicadores nos dois GAAPs analisados, no GAAP local e de acordo com as IFRS.

Tabela 9 – Resultados dos testes de normalidade (Shapiro-Wilk) e homogeneidade de variâncias (Levine) dos indicadores dos bancos do Reino Unido

Indicadores		Normalidade	Significância da Normalidade	Significância da Homogeneidade	Significância da Homogeneidade
Encaixe	GAAP local	Sim	0,59	Sim	0,84
Encaixe	IFRS	Sim	0,33	Sim	0,84
Liquidez Imediata	GAAP local	Sim	0,95	Sim	0,73
Liquidez Imediata	IFRS	Não	0,02	Sim	0,73
Particip. Crédito	GAAP local	Sim	0,45	Sim	0,39
Particip. Crédito	IFRS	Sim	0,87	Sim	0,39
Crédito / Depósitos	GAAP local	Sim	0,52	Sim	0,27
Crédito / Depósitos	IFRS	Não	0,01	Sim	0,27
Alavancagem	GAAP local	Sim	0,40	Sim	0,24
Alavancagem	IFRS	Sim	0,49	Sim	0,24
Capitalização	GAAP local	Sim	0,89	Sim	0,74
Capitalização	IFRS	Sim	0,72	Sim	0,74

A análise do quadro anterior revela que a grande maioria das variáveis da pesquisa atende aos requisitos para a realização dos testes paramétricos, exceto os grupos de indicadores: Liquidez Imediata, de acordo com as IFRS, e Crédito / Depósitos, também de acordo com as IFRS, já que tais conjuntos de indicadores não apresentam normalidade (o nível de significância da normalidade apresentou-se menor do que o nível determinado de 5%).

Conseqüentemente, decidiu-se normalizar as variáveis que não possuíam distribuição normal e, em seguida, realizar o teste de médias paramétrico para amostras emparelhadas, denominado T-Student, disponível no programa estatístico SPSS.

O teste paramétrico T-Student foi realizado para cada indicador econômico-financeiro estudado, comparando a média do indicador com base no GAAP local, com a média do mesmo indicador calculado com demonstrações apresentadas em IFRS, considerando nível de confiança de 95%. Com isso, foram obtidos os seguintes resultados descritos na tabela seguinte¹⁹:

Tabela 10 - Resultados dos testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) dos indicadores dos bancos do Reino Unido

Indicadores	Resultado (sig. 5%)	Significância T-Student
1. Encaixe	Aceita Ho	0,827
2. Liquidez Imediata	Rejeita Ho	0,031
3. Participação dos Créditos	Aceita Ho	0,713
4. Relação Créditos / Depósitos	Aceita Ho	0,111
5. Alavancagem	Rejeita Ho	0,004
6. Capitalização	Rejeita Ho	0,010

Pela análise dos resultados, é possível aceitar a hipótese nula do teste para os indicadores de Encaixe, Participação dos Créditos e Relação Créditos / Depósitos, já que não existem evidências de que as médias dos indicadores calculados segundo critérios contábeis locais do Reino Unido sejam diferentes das médias dos mesmos indicadores calculados segundo as normas IFRS, considerando intervalo de confiança de 95%.

Por outro lado, existem evidências consideradas significativas (nível de significância de 5%) de que as normas IFRS tenham afetado os indicadores de Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização das instituições analisadas.

4.3 Testes Estatísticos – França

No intuito de analisar os impactos da adoção compulsória das IFRS nas demonstrações contábeis de instituições financeiras abertas da França, foram selecionadas todas as instituições financeiras francesas com ações listadas na Bolsa de Paris, a qual passou a integrar a *Nyse Euronext*²⁰. Tais instituições são apresentadas na tabela a seguir:

¹⁹ Conforme anexo 1.

²⁰ A Euronext foi formada em 2000 com a fusão das bolsas de valores da Bélgica, França, Holanda e Portugal. A partir de 2006, conta com a participação da Nyse, constituindo o primeiro mercado de bolsa pan-atlântico e um dos maiores mercados bolsistas mundiais.

Tabela 11 - Bancos do França listados na Nyse Euronext – Mercado de Paris

1.	Banque Paribas
2.	BNP Paribas
3.	CIC Crédit Industriel et Commercial
4.	Crédit Agricole
5.	Natexis Banques Populaires
6.	Société Générale

Fonte: Nyse Euronext (03 set.2007)

Além destes seis bancos, um sétimo banco francês encontra-se listado na “bolsa de Paris” – o Banque de la Reunion. No entanto, como as demonstrações contábeis do banco não foram disponibilizadas em seu *site*, essa instituição não foi incluída na pesquisa.

Etapa seguinte à seleção dos bancos constitui-se na obtenção das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício de 2004, publicadas de acordo com os critérios contábeis locais da França, bem como a obtenção das demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2005, as quais apresentaram o exercício de 2004 reclassificado de acordo com as normas IFRS.

A partir dos balanços patrimoniais foram calculados indicadores econômico-financeiros para o ano de 2004, tanto em GAAP local quanto em IFRS, para os seis bancos em questão, apresentados na tabela 12 a seguir.

Uma vez calculados os índices, partiu-se para os testes estatísticos comparando a média de cada indicador econômico-financeiro, em GAAP local, com a média depois da adoção das normas IFRS, utilizando-se os testes de hipóteses para diferenças de médias de duas amostras emparelhadas.

Como já mencionado no tópico anterior – Testes Estatísticos do Reino Unido –, a utilidade do teste de hipóteses para diferenças de médias neste trabalho consiste em definir se as diferenças entre as médias dos indicadores, antes e depois das IFRS, são significativamente relevantes do ponto de vista estatístico. Para tanto foi definido o nível de significância de 5% e determinadas as hipóteses do teste.

Tabela 12 - Indicadores econômico-financeiros calculados para os bancos da França

Banco	Encaixe		Liquidez Imediata		Partic. Crédito	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1	0,042	0,042	0,351	0,348	0,746	0,739
2	0,014	0,022	0,955	2,126	0,285	0,244
3	0,014	0,016	0,770	0,905	0,388	0,381
4	0,053	0,061	0,932	1,693	0,204	0,175
5	0,003	0,003	1,043	1,390	0,289	0,291
6	0,017	0,019	0,765	1,494	0,349	0,293
Banco	Crédito X Depósito		Alavancagem		Capitalização	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1	1,188	1,174	14,199	14,317	0,066	0,065
2	0,535	0,783	24,871	26,003	0,039	0,037
3	0,586	0,649	33,373	28,783	0,029	0,034
4	0,370	0,422	27,132	30,221	0,036	0,032
5	0,622	0,653	27,157	28,858	0,036	0,033
6	0,683	0,726	28,065	29,328	0,034	0,033

A hipótese nula define que as médias dos indicadores calculados a partir de demonstrações segundo critérios contábeis locais da França são iguais às médias dos indicadores calculados segundo as normas IFRS, ou seja:

$$H_0: (\mu \text{ antes IFRS}) - (\mu \text{ depois IFRS}) = 0$$

Conseqüentemente, a hipótese alternativa se resume em $H_1: (\mu \text{ antes IFRS}) - (\mu \text{ depois IFRS}) \neq 0$. No intuito de aceitar ou rejeitar a hipótese nula, importa destacar que existem dois métodos para realizar esse tipo de teste: os testes paramétricos e os não-paramétricos.

Para que seja possível a utilização de testes paramétricos, julgados de maior eficácia, as seguintes condições devem ser atendidas: (1) a variável dependente deve possuir distribuição normal; (2) as variâncias populacionais devem ser homogêneas, no caso de comparação de duas ou mais populações e (3) as variáveis devem ser quantitativas.

Como as variáveis do estudo são quantitativas, resta verificar se elas possuem distribuição normal e se as variâncias apresentam homogeneidade. Para tanto, pode-se realizar testes de aderência para a normalidade, como o de **Shapiro-Wilk** (esse teste é preferível para amostras

de pequena dimensão – $n < 30$), além de testes de homogeneidade de variâncias, como o de **Levene**, que é um dos mais potentes utilizados para esse fim.

Na tabela abaixo são apresentados os testes de normalidade e homogeneidade das variâncias, efetuados para todos os indicadores nos dois GAAPs analisados, no GAAP francês e de acordo com as IFRS.

Tabela 13 – Resultados dos testes de normalidade (Shapiro-Wilk) e homogeneidade de variâncias (Levine) dos indicadores dos bancos da França

Indicadores		Normalidade	Significância da Normalidade	Homogeneidade	Significância da Homogeneidade
Encaixe	GAAP local	Sim	0,27	Sim	0,94
Encaixe	IFRS	Sim	0,52	Sim	0,94
Liquidez Imediata	GAAP local	Sim	0,27	Sim	0,09
Liquidez Imediata	IFRS	Sim	0,88	Sim	0,09
Particip. Crédito	GAAP local	Sim	0,08	Sim	0,89
Particip. Crédito	IFRS	Sim	0,08	Sim	0,89
Crédito / Depósitos	GAAP local	Sim	0,22	Sim	0,86
Crédito / Depósitos	IFRS	Sim	0,46	Sim	0,86
Alavancagem	GAAP local	Sim	0,32	Sim	0,96
Alavancagem	IFRS	Não	0,01	Sim	0,96
Capitalização	GAAP local	Não	0,02	Sim	0,98
Capitalização	IFRS	Não	0,01	Sim	0,98

A análise do quadro anterior revela que a grande maioria das variáveis da pesquisa atende aos requisitos para realização dos testes paramétricos, exceto os grupos de indicadores: Alavancagem de acordo com as IFRS e Capitalização em GAAP francês e de acordo com as IFRS. Tais indicadores não apresentam normalidade (o nível de significância da normalidade apresentou-se menor do que o nível determinado de 5%).

Conseqüentemente, decidiu-se normalizar as variáveis que não possuíam distribuição normal e em seguida realizar o teste de médias paramétrico para amostras emparelhadas, denominado T-Student, disponível no programa estatístico SPSS.

O teste paramétrico T-Student foi realizado para cada indicador econômico-financeiro estudado, comparando a média do indicador com base no GAAP local com a média do mesmo indicador calculado com demonstrações apresentadas em IFRS, considerando nível de

confiança de 95%. Com isso, foram obtidos os seguintes resultados descritos na tabela abaixo²¹.

Tabela 14 - Resultados dos testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) dos indicadores dos bancos da França

Indicadores	Resultado (sig. 5%)	Significância T-Student
1. Encaixe	Aceita Ho	0,092
2. Liquidez Imediata	Rejeita Ho	0,034
3. Participação dos Créditos	Aceita Ho	0,056
4. Relação Créditos / Depósitos	Aceita Ho	0,116
5. Alavancagem	Aceita Ho	0,693
6. Capitalização	Aceita Ho	0,524

Pela análise dos resultados é possível aceitar a hipótese do teste para a maioria dos indicadores calculados para os bancos franceses de capital aberto, ou seja, as médias da maioria dos indicadores calculados segundo critérios contábeis locais da França são iguais às médias dos mesmos indicadores calculados segundo as normas internacionais IFRS, considerando intervalo de confiança de 95%.

Diante disso, conclui-se que não há evidências, a um nível de significância de 5%, de que as normas IFRS tenham afetado a maioria dos indicadores econômico-financeiros dos bancos da França, com exceção apenas do indicador de Liquidez Imediata.

4.4 Testes Estatísticos – Espanha

Para análise dos impactos da adoção compulsória das IFRS nas demonstrações contábeis de bancos de capital aberto da Espanha, foram selecionadas as instituições financeiras espanholas (ou grupos financeiros), com ações listadas na Bolsa de Madrid, conforme a tabela seguinte:

²¹ Conforme anexo 2.

Tabela 15 - Bancos do Espanha listados na Bolsa de Valores de Madrid

1.	Banco de Valencia
2.	Banco Español de Crédito
3.	Banco Guipuzcoano
4.	Banco Pastor
5.	Banco Popular Español
6.	Banco Sabadell
7.	Bankinter
8.	Bilbao Vizcaya Argentaria
9.	Santander Central Hispano

Fonte: Bolsa de Madrid (08 nov.2006)

Além desses nove bancos, constavam outros dois listados que, por sua vez, não foram incluídos na pesquisa, pois tinham seus números consolidados no Banco Popular Español (Banco de Andalucia e Banco de Castilla).

Posteriormente à seleção dos bancos, partiu-se para a obtenção das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício de 2004, publicadas de acordo com os critérios contábeis locais da Espanha, bem como para a obtenção das demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2005, as quais apresentaram o exercício de 2004 reclassificado de acordo com as normas IFRS.

A partir dos balanços patrimoniais foram calculados indicadores econômico-financeiros para o ano de 2004, tanto em GAAP local quanto em IFRS, para as nove instituições financeiras em questão, apresentados na tabela 16.

Uma vez calculados e apresentados os índices, partiu-se para os testes estatísticos comparando a média de cada indicador econômico-financeiro, em GAAP local, com a média depois da adoção das normas IFRS com a utilização dos testes de hipóteses para diferenças de médias de duas amostras emparelhadas.

A utilidade do teste de hipóteses para diferenças de médias neste trabalho consiste em definir se as diferenças entre as médias dos indicadores antes e depois da adoção das IFRS são significativamente relevantes do ponto de vista estatístico. Para tanto foi definido o nível de significância de 5% e determinadas as hipóteses do teste.

Tabela 16 - Indicadores econômico-financeiros calculados para os bancos da Espanha.

Banco	Encaixe		Liquidez Imediata		Partic. Crédito	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1	0,007	0,007	0,024	0,088	0,944	0,882
2	0,010	0,010	0,485	0,592	0,590	0,577
3	0,017	0,016	0,479	0,506	0,544	0,577
4	0,027	0,026	0,131	0,154	0,858	0,852
5	0,021	0,022	0,194	0,189	0,826	0,847
6	0,020	0,020	0,241	0,344	0,769	0,735
7	0,008	0,008	0,438	0,445	0,656	0,653
8	0,047	0,047	0,502	0,633	0,561	0,522
9	0,023	0,023	0,457	0,662	0,583	0,535
Banco	Crédito X Depósito		Alavancagem		Capitalização	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1	1,018	0,966	14,264	12,650	0,066	0,073
2	0,916	0,927	16,669	18,175	0,057	0,052
3	0,676	0,732	16,974	18,040	0,056	0,053
4	1,209	1,379	12,762	13,995	0,073	0,067
5	1,227	1,328	10,595	14,595	0,086	0,064
6	1,200	1,281	11,558	13,390	0,080	0,069
7	0,931	0,957	19,202	22,758	0,049	0,042
8	0,799	0,801	13,844	22,863	0,067	0,042
9	0,885	0,921	11,035	17,205	0,083	0,055

A hipótese nula define que as médias dos indicadores calculados a partir de demonstrações segundo critérios contábeis locais da Espanha são iguais às médias dos indicadores calculados segundo as normas IFRS, ou seja:

$$H_0: (\mu \text{ antes IFRS}) - (\mu \text{ depois IFRS}) = 0$$

Conseqüentemente, a hipótese alternativa se resume em $H_1: \mu \text{ antes IFRS} - \mu \text{ depois IFRS} \neq 0$.

Para que seja possível a utilização de testes paramétricos, julgados de maior eficácia, as seguintes condições devem ser atendidas: (1) a variável dependente deve possuir distribuição normal; (2) as variâncias populacionais devem ser homogêneas, no caso de comparação de duas ou mais populações e (3) as variáveis devem ser quantitativas.

As variáveis do estudo são quantitativas e, como explicado nos dois últimos tópicos, resta verificar se elas possuem distribuição normal e se as variâncias apresentam homogeneidade. Para tanto, pode-se realizar testes de aderência para a normalidade, como o de **Shapiro-Wilk** (preferível para amostras de pequena dimensão – $n < 30$), além de testes de homogeneidade de variâncias, como o de **Levene**, que é um dos mais potentes utilizados para esse fim.

Na tabela a seguir são apresentados os testes de normalidade e homogeneidade das variâncias, efetuados para todos os indicadores nos dois GAAPs analisados, no GAAP espanhol e de acordo com as IFRS.

Tabela 17 – Resultados dos testes de normalidade (Shapiro-Wilk) e homogeneidade de variâncias (Levine) dos indicadores dos bancos da Espanha

Indicadores		Normalidade	Significância da Normalidade	Homogeneidade	Significância da Homogeneidade
Encaixe	GAAP local	Sim	0,18	Sim	0,95
Encaixe	IFRS	Sim	0,19	Sim	0,95
Liquidez Imediata	GAAP local	Sim	0,22	Sim	0,89
Liquidez Imediata	IFRS	Sim	0,45	Sim	0,89
Particip. Crédito	GAAP local	Sim	0,29	Sim	0,91
Particip. Crédito	IFRS	Sim	0,18	Sim	0,91
Crédito / Depósitos	GAAP local	Sim	0,44	Sim	0,45
Crédito / Depósitos	IFRS	Sim	0,22	Sim	0,45
Alavancagem	GAAP local	Sim	0,83	Sim	0,27
Alavancagem	IFRS	Sim	0,41	Sim	0,27
Capitalização	GAAP local	Sim	0,69	Sim	0,75
Capitalização	IFRS	Sim	0,46	Sim	0,75

A análise do quadro anterior revela que todas as variáveis da pesquisa atendem aos requisitos para realização dos testes paramétricos no tocante à normalidade e homogeneidade das variâncias, ao nível de significância de 5%.

O teste paramétrico T-Student foi realizado para cada indicador econômico-financeiro estudado, comparando a média do indicador com base no GAAP local, com a média do mesmo indicador calculado com demonstrações apresentadas em IFRS, considerando nível de confiança de 95%. Com isso, foram obtidos os seguintes resultados descritos na tabela a seguir²².

²² Conforme anexo 3.

Tabela 18 - Resultados dos testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) dos indicadores dos bancos da Espanha

	Indicadores	Resultado (sig. 5%)	Significância T-Student
1.	Encaixe	Aceita Ho	0,845
2.	Liquidez Imediata	Rejeita Ho	0,012
3.	Participação dos Créditos	Aceita Ho	0,149
4.	Relação Créditos / Depósitos	Aceita Ho	0,057
5.	Alavancagem	Rejeita Ho	0,022
6.	Capitalização	Rejeita Ho	0,024

Assim como ocorreu no Reino Unido, pela análise dos resultados, é possível aceitar a hipótese nula do teste para os indicadores de Encaixe, Participação dos Créditos e Relação Créditos/Depósitos, já que não existem evidências de que as médias dos indicadores calculados segundo critérios contábeis locais da Espanha sejam diferentes das médias dos mesmos indicadores calculados segundo as normas internacionais IFRS, considerando intervalo de confiança de 95%.

Por outro lado, existem evidências consideradas significativas (nível de significância de 5%) de que as normas IFRS tenham afetado os indicadores de Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização das instituições analisadas.

5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Uma das limitações da pesquisa diz respeito à impossibilidade de generalização dos resultados devido à pequena quantidade de bancos analisados. Na formação da base de dados de índices foram selecionadas apenas as informações contábeis de nove bancos do Reino Unido, seis bancos da França e nove da Espanha. Importa destacar que essa pequena quantidade se deve à intenção do pesquisador em avaliar os impactos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade IFRS em todos os bancos de capital aberto dos países anteriormente citados.

As análises foram efetuadas de forma individual por país devido às diferenças entre as práticas contábeis dos países, existentes antes da adoção das IFRS. Por isso não foi realizada uma análise conjunta de todos os bancos, que possibilitasse generalizar as conclusões para os demais bancos de outros países da União Européia (o bloco econômico que adotou as normas IFRS a partir de 2005).

Com isso, é possível concluir que não foi utilizada técnica aleatória de seleção de dados, ou seja, a amostragem não foi probabilística. Para Marconi e Lakatos (1999, p. 44), a amostragem probabilística tem preferência nas pesquisas, já que “sua característica primordial é poder ser submetida a tratamento estatístico, o que permite compensar erros amostrais e outros aspectos relevantes para a representatividade e significância da amostra”.

Na pesquisa foi empregada seleção “intencional” de dados, pela qual o pesquisador se interessou nas características de alguns elementos da população de bancos da União Européia – ou de pequenas populações representadas pelos bancos de determinado país. Assim, uma das principais limitações dos dados utilizados é a impossibilidade de realizar generalizações dos resultados para outros indivíduos não analisados. Em outras palavras, os resultados obtidos nessa pesquisa são válidos somente para os bancos do Reino Unido, da França e da Espanha.

Uma segunda importante limitação consiste no fato de que grande parte das instituições analisadas adotou normas IFRS de grande relevância para o setor bancário somente a partir do exercício de 2005. Como explicado no capítulo Seleção dos Dados e Testes Estatísticos,

tópico 4.1, no exercício social de 2004 as instituições financeiras divulgaram demonstrações contábeis em dois GAAPs, segundo o GAAP local do país e segundo as normas IFRS. Contudo, as normas IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 foram aplicadas, somente na data base de 1º de janeiro de 2005, com contrapartidas registradas, em sua maioria, no patrimônio líquido das instituições. Com isso, as respectivas demonstrações de resultados não apresentaram os efeitos de tais normas.

Foram comparados, portanto, os índices calculados a partir de balanços patrimoniais de 2004 em GAAP local, com índices calculados a partir de balanços patrimoniais de 1º de janeiro de 2005 de acordo com as normas IFRS, ressaltando que ambos os conjuntos de índices se referem a um mesmo exercício social, ou seja, o ano de 2004.

Por conta desta limitação não foram empregados, na pesquisa, indicadores econômico-financeiros envolvendo contas das demonstrações de resultados, ou seja, os indicadores do bloco Rentabilidade.

Uma terceira e certamente a mais séria limitação da pesquisa é constituída pela possibilidade de diferenciação do grau de adoção das normas IFRS pelas empresas e bancos da União Européia, já que tais entidades puderam optar pela aplicação completa ou não de uma norma específica – no caso, a IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

Para que as normas IFRS emitidas pelo IASB fossem adotadas na União Européia, foi necessária aprovação política pela Comissão Européia, que levantou polêmica a respeito da IAS 39, aprovando-a em 2004 com modificações que excluía dois de seus aspectos importantes. Essas exclusões foram intituladas *carve-outs* e merecem discussão particular.

5.1 Utilização dos *carve-outs* pelos bancos analisados

Os dois aspectos excluídos da norma IAS 39 pela Comissão Européia se referem ao *fair value option* e ao *hegde accounting*:

a) Carve-Out - Fair Value Option

A IAS 39 prevê a possibilidade de a administração da empresa designar qualquer ativo ou passivo financeiro em seu reconhecimento inicial, como um instrumento contabilizado a *fair value*, com suas variações em contrapartida do resultado, independentemente da classificação requerida para o instrumento, se considerada sua natureza.

A Comissão Européia decidiu, no ano de 2004, limitar a opção somente para ativos financeiros, devido à oposição de reguladores, principalmente do Banco Central Europeu, que questionou a possibilidade de bancos utilizarem a baixa de passivos como forma de atender às exigências de capital mínimo regulamentar.

Cabe mencionar que, atualmente, o *carve-out* do *fair value option* não está mais em vigor, desde o fim de 2005, quando a Comissão Européia aprovou a emenda da IAS 39 efetuada pelo IASB sobre o assunto, em junho de 2005.

b) Carve-Out - Hedge Accounting

A IAS 39 prevê utilização da técnica de *macro cash-flow hedge accounting* para cobrir riscos de taxas de juros de depósitos à vista expostos à flutuação de taxas. Os bancos europeus freqüentemente utilizam *swap* de taxas de juros para proteger a exposição à variação de taxas de alguns de seus depósitos à vista. Ocorre que, com a técnica do *cash-flow hedge accounting*, um banco deve reavaliar o *swap* de taxa de juros a *fair value* nas datas de fechamento de balanços, registrando os ajustes diretamente no patrimônio líquido. Em contraste, o item “hedgiado” não é reavaliado periodicamente - ele é reportado ao valor nominal.

Many EU banks view these changes in equity as artificial volatility caused by the IASB’s ‘mixed-measurement’ model...” (Brackney and Witmer, 2005).

Diante da oposição de bancos a esse tópico da norma IAS 39, a Comissão Européia, admitiu que as entidades deixassem de aplicar o *cash-flow hedge accounting* para cobrir riscos de taxas de juros de depósitos à vista, e utilizassem outra técnica de *hedge* de livre escolha. A utilização da técnica do *fair value hedge accounting*, por exemplo, prevê que as alterações no

fair value do item “hedgiado” e do instrumento de *hedge* sejam compensadas entre si no resultado líquido das instituições.

Apesar de a Comissão Europeia ter aprovado a norma IAS 39, em 2004, excluindo dois de seus aspectos, as empresas puderam optar pela adoção das normas IFRS em sua plenitude, tais quais emanadas pelo IASB.

Posto isto, existe possibilidade de a pesquisa conter um banco que adotou a IAS 39 por completo, e outro banco, talvez pertencente ao mesmo país, que adotou a IAS 39 aprovada pela Comissão Europeia com os dois *carve-outs* dificultando, portanto, conclusões sobre as consequências da adoção das IFRS nos balanços de tais entidades.

Com a identificação desta grande limitação, tentou-se investigar quais das versões da IAS 39 as instituições financeiras da pesquisa tinham adotado. Todos os relatórios anuais foram averiguados em suas matérias sobre práticas contábeis, notas explicativas e relatórios de auditoria. Porém, somente alguns divulgaram a aplicação ou não dos *carve-outs* instituídos pela Comissão Europeia.

Nas tabelas seguintes constam as informações obtidas quanto à adoção dos *carve-outs* pelos bancos analisados do Reino Unido e da França. As informações não preenchidas correspondem às não disponibilizadas pelas instituições.

Tabela 19 - Aplicação dos *carve-outs* da IAS 39 pelos bancos do Reino Unido

Bancos	Aplicou Carve-Out	
	Hedge Accounting	Fair Value Option
1 Alliance & Leicester *	Não	Não
2 Barclays *	Não	Não
3 Bradford & Bingley PLC	Não	Sim
4 Hbos	-	-
5 Hsbc Holdings	Não	-
6 Lloyds Tsb Group	Não	-
7 Northern Rock	-	-
8 Royal Bank of Scotland *	Não	Não
9 Standard Chartered	-	-
* Obs. Alliance & Leicester, Barclays e Royal Bank of Scotland afirmaram divulgar informações contábeis de acordo com as IFRS por completo - "in accordance with full IFRS".		

Tabela 20 - Aplicação dos *carve-outs* da IAS 39 pelos bancos da França

Bancos	Adotou Carve-Out	
	Hedge Accounting	Fair Value Option
1 Banque Paribas	-	-
2 BNP Paribas	Sim	-
3 CIC	Sim	-
4 Crédit Agricole	Sim	Sim
5 Natexis	-	-
6 Société Générale	Sim	-

Dentre as nove instituições analisadas da Espanha, nenhuma mencionou qualquer informação a respeito da utilização ou não dos *carve-outs* à IAS 39. Em consequência disso, foi efetuada consulta ao *site* do banco central espanhol – Banco de España – em busca de normas que indicassem ou não a utilização dos *carve-outs* pelos bancos. A norma IAS 39 (denominada NIC 39) a ser adotada a partir de 2005 foi localizada. Ela excetuava as duas disposições relativas ao *fair value option* e ao *hedge accounting*, com a seguinte justificativa:

[...] algunas disposiciones importantes de la NIC 39 son aún objeto de inconcluso debate [...] Estas disposiciones están relacionadas con la opción de contabilizar por el valor razonable todos los activos financieros y pasivos financieros y con la contabilidad de coberturas. Cada una de estas disposiciones se refieren a áreas que son completamente autónomas, distintas e independientes del resto de la norma. Con el fin de respetar la fecha de 1 de enero de 2005, es necesario introducir la NIC 39 con la excepción de estas disposiciones (Banco de España, 2004).

Muito embora as informações quanto à aplicação ou não dos *carve-outs* estabelecidos pela Comissão Europeia se apresentem demasiadamente incompletas, é possível perceber, pelo exame das informações disponibilizadas, que:

- Os bancos do Reino Unido apresentaram tendência em adotar as normas IFRS por completo, tais como emanadas pelo IASB;
- Os bancos da França e Espanha apresentaram tendência em utilizar os *carve-outs* permitidos pela Comissão Europeia.

Corroborando essas percepções, existem notícias de que as instituições financeiras da França e Espanha estavam entre as que mais pressionaram a opinião política contra algumas exigências da norma IAS 39.

Em matéria intitulada “European Commission completes partial adoption proposal for IAS 39”, o Global Risk Regulator Email News revela que:

[...] IAS 39 [...] has met with fierce opposition from European banks, particularly in France. Opponents argue the use of market prices will introduce harmful and misleading volatility into their accounts. In June France was joined by Belgium, Italy and Spain in forming a “blocking minority” to bar endorsement of IAS 39 (Global Risk Regulator; ago.2004).

Muito embora haja diferentes graus de adoção das IFRS – que constituem limitação à análise dos efetivos impactos que a adoção das normas podem provocar –, a identificação das tendências dos países em adotar as IFRS por completo, ou não, pode ser útil na tentativa de explicar possíveis diferenciações entre os resultados dos testes estatísticos do Reino Unido, França e Espanha, obtidos no capítulo anterior. Esse assunto será analisado mais detalhadamente no próximo capítulo – tópico 6.4 Análise Geral.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na seqüência constam as análises individuais por país, bem como a análise geral dos resultados dos testes estatísticos obtidos no capítulo 4.

6.1 Análise – Reino Unido

Através dos testes estatísticos realizados com seis indicadores econômico-financeiros de bancos do Reino Unido, foram observados impactos relevantes das normas IFRS em três dos indicadores, quais sejam, Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização. Esses indicadores tiveram variação significativa do ponto de vista estatístico, quando considerado nível de significância de 5% nos testes paramétricos de diferenças de médias.

A fim de averiguar os motivos das variações dos índices, foram estudadas mais detalhadamente as variações nos grupos de contas envolvidos em seu cálculo.

Apesar da ciência de que alterações significativas no resultado de uma divisão podem ser geradas por alterações não significativas no numerador em conjunto com alterações não significativas no denominador²³, tentou-se buscar qual grupo de contas (o numerador ou o denominador) teria sofrido maior impacto com a adoção das IFRS.

a) Índice Liquidez Imediata

$$= \frac{\text{Ativos Líquidos}^*}{\text{Depósitos Totais}}$$

* (Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras + Títulos Negociáveis)

Os grupos de contas Ativos Líquidos e Depósitos Totais dos nove bancos estudados do Reino Unido são apresentados na tabela seguinte tanto em GAAP local quanto em conformidade com as IFRS.

²³ Ex: o numerador aumentado em pequena proporção e o denominador diminuído em pequena proporção podem gerar resultado de divisão aumentado em significativa proporção.

Tabela 21 - Grupos Ativos Líquidos e Depósitos Totais dos bancos do Reino Unido (milhões Libras)

Banco	Ativos Líquidos		Depósitos Totais	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1. Alliance	15.007,1	15.041,6	29.503,5	29.788,2
2. Barclays	212.742,0	261.791,0	329.947,0	270.418,0
3. Bradford & Bingley	8.905,3	9.055,6	20.228,4	20.244,4
4. Hbos	83.972,0	112.358,0	233.506,0	220.989,0
5. Hsbc	142.449,0	483.996,0	658.926,0	826.389,0
6. Lloyds	51.391,0	105.824,0	162.431,0	166.703,0
7. Northern Rock	8.057,8	8.705,6	21.543,6	21.581,8
8. Royal Bank	162.503,0	170.008,0	384.945,0	421.072,0
9. Standard Chartered	53.911,0	60.262,0	100.385,0	99.935,0

Através da tabela acima pode-se perceber que o grupo Ativos Líquidos sofreu grandes alterações - com tendência de aumento - em praticamente todos os bancos, enquanto o grupo Depósitos sofreu relevantes alterações apenas em algumas instituições.

No intuito de verificar a significância estatística das alterações nos dois grupos de contas, foram realizados os mesmos testes estatísticos de diferenças de médias em duas amostras emparelhadas, utilizados no capítulo 4 deste estudo. Os valores absolutos dos grupos de contas, no entanto, foram substituídos por valores relativos (valores relacionados com o valor total do Ativo de cada instituição antes da adoção das IFRS), a fim de eliminar os efeitos da dispersão das variáveis no teste estatístico, devido às diversas ordens de grandeza dos números absolutos – diferentes portes das instituições.

O teste de significância T-Student, que avaliou a igualdade entre a média de um grupo de conta em GAAP local com a média do mesmo grupo em IFRS²⁴, revelou os seguintes resultados: Ativos Líquidos: Sig = 0,05; Depósitos Totais: Sig = 0,65. Considerando nível de significância de 5%, observa-se que o teste estatístico confirmou a impressão visual de que o grupo Ativos Líquidos sofreu alterações significativas após a adoção das normas IFRS, fato não ocorrido com o grupo Depósitos Totais.

É possível, portanto, concluir que **a variação do indicador Liquidez Imediata deve-se, em maior parte, às alterações nos grupos de contas Ativos Líquidos** das instituições analisadas.

²⁴ Vide anexo 4.

Na pesquisa às notas explicativas das demonstrações contábeis dos bancos do Reino Unido foram identificadas as principais normas IFRS envolvidas nas alterações dos grupos de contas Ativos Líquidos.

Tabela 22 - Principais normas IFRS que afetaram os Ativos Líquidos dos bancos do Reino Unido

Banco	Principais normas que alteraram os Ativos Líquidos	Páginas consultadas dos relatórios anuais de 2005
1. Alliance & Leicester	IAS 32, IAS 39	83
2. Barclays	IAS 32, IAS 39, IFRS 4	245, 258, 259, 260
3. Bradford & Bingley PLC	IAS 27 (SIC 12)	94, 95
4. Hbos	IAS 32, IAS 39	172, 173, 179
5. Hsbc Holdings	IAS 32, IAS 39	345, 358
6. Lloyds Tsb Group	IAS 32, IAS 39	119
7. Northern Rock	IAS 32, IAS 39	99
8. Royal Bank of Scotland	IAS 32, IAS 39	219
9. Standard Chartered	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	130, 132

b) Índice Alavancagem

$$= \frac{\text{Passivos de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Os grupos de contas Passivos de Terceiros e Patrimônio Líquido dos nove bancos estudados do Reino Unido são apresentados a seguir, tanto de acordo com o GAAP local quanto de acordo com as IFRS.

Tabela 23 - Grupos Passivos de Terceiros e PL dos bancos do Reino Unido (milhões Libras)

Banco	Passivos de Terceiros		Patrimônio Líquido	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1. Alliance	47.889,0	48.055,5	2.077,8	2.028,3
2. Barclays	503.771,0	696.983,0	18.318,0	18.617,0
3. Bradford & Bingley	34.094,7	37.470,3	1.362,8	1.235,6
4. Hbos	422.346,0	462.993,0	20.535,0	16.681,0
5. Hsbc	948.862,0	1.279.394,0	85.354,0	90.373,0
6. Lloyds	269.270,0	283.284,0	10.573,0	9.570,0
7. Northern Rock	40.948,1	63.224,7	1.841,9	2.429,5
8. Royal Bank	547.773,0	665.537,0	35.694,0	30.973,0
9. Standard Chartered	132.297,0	142.701,0	9.391,0	10.835,0

A tabela anterior mostra que o grupo Passivos de Terceiros sofreu grandes alterações - com tendência de aumento - em todos os bancos, enquanto o grupo Patrimônio Líquido sofreu alterações de grande proporção apenas em algumas instituições.

Com o objetivo de verificar a significância estatística das alterações nos dois grupos de contas, foram realizados os testes estatísticos de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas. Os valores absolutos dos grupos de contas, no entanto, foram substituídos por valores relativos (valores relacionados com o valor total do Ativo de cada instituição antes da adoção das IFRS).

O teste de significância T-Student, que avaliou a igualdade entre a média de um grupo de conta em GAAP local com a média do mesmo grupo em IFRS²⁵, revelou os seguintes resultados: Passivos de Terceiros: Sig = 0,01; Patrimônio Líquido: Sig = 0,85. Considerando nível de significância de 5%, observa-se que o teste estatístico confirmou a impressão visual de que o grupo Passivos de Terceiros sofreu alterações significativas após a adoção das normas internacionais IFRS, fato não ocorrido com o grupo Patrimônio Líquido.

Com isso, é possível concluir que **a variação do indicador Alavancagem deve-se, em maior parte, às alterações nos grupos de contas Passivos de Terceiros** das instituições analisadas.

No intuito de buscar os motivos das variações nos grupos de contas Passivos de Terceiros, foram averiguadas as notas explicativas das demonstrações contábeis dos bancos do Reino Unido referentes à transição das normas contábeis locais para as IFRS. As principais normas IFRS que afetaram os Passivos dos bancos do Reino Unido são apresentadas na tabela 24 a seguir:

²⁵ Conforme anexo 4.

Tabela 24 - Principais normas IFRS que afetaram os Passivos dos bancos do Reino Unido

Banco	Principais normas que alteraram os Passivos	Páginas consultadas dos relatórios anuais de 2005
1. Alliance & Leicester	IAS 32, IAS 39	83
2. Barclays	IAS 32, IAS 39	245, 258, 259, 260
3. Bradford & Bingley PLC	IAS 32, IAS 27 (SIC 12)	94, 95
4. Hbos	IAS 32, IAS 39	172, 173, 179
5. Hsbc Holdings	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	346, 359
6. Lloyds Tsb Group	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	117, 119
7. Northern Rock	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	94, 99
8. Royal Bank of Scotland	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	217, 219
9. Standard Chartered	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	130, 132

c) Índice Capitalização

$$= \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Como na análise anterior do indicador de alavancagem não foi identificada variação significativa no grupo Patrimônio Líquido dos bancos do Reino Unido, a próxima análise irá focalizar mais detalhadamente as mudanças ocorridas no Ativo Total das instituições. Para tanto, dividimos o Ativo Total em dois grupos: (1) a Tesouraria e (2) a Carteira de Crédito + Outros Ativos. A Tesouraria engloba basicamente as mesmas contas que compõem os Ativos Líquidos, incluindo também os títulos mantidos até o vencimento e participações em ações de outras empresas.

Tabela 25 - Ativo Total desmembrado em Tesouraria e Carteira de Crédito + Outros Ativos dos bancos do Reino Unido (milhões Libras)

Banco	Ativo Total		Tesouraria		Carteira de Crédito e Outros Ativos	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1. Alliance	49.966,8	50.083,8	15.007,1	15.420,3	34.959,7	34.663,5
2. Barclays	522.089,0	715.600,0	247.062,0	416.915,0	275.027,0	298.685,0
3. Bradford & Bingley	35.457,5	38.705,9	8.905,3	9.513,5	26.552,2	29.192,4
4. Hbos	442.881,0	479.674,0	138.169,0	147.379,0	304.712,0	332.295,0
5. Hsbc	1.034.216,0	1.369.767,0	409.783,0	539.203,0	624.433,0	830.564,0
6. Lloyds	279.843,0	292.854,0	113.151,0	115.087,0	166.692,0	177.767,0
7. Northern Rock	42.790,0	65.654,2	8.633,4	9.598,2	34.156,6	56.056,0
8. Royal Bank	583.467,0	696.510,0	187.147,0	265.144,0	396.320,0	431.366,0
9. Standard Chartered	141.688,0	153.536,0	54.164,0	72.942,0	87.524,0	80.594,0

Observando a tabela anterior percebe-se que os valores de Ativo Total e de Tesouraria sofreram grandes alterações, com tendência de aumento em todos os bancos, enquanto o grupo Carteira de Crédito + Outros Ativos viveu o mesmo efeito apenas em algumas instituições.

Na verificação da significância estatística das mudanças nos grupos de contas apresentados na tabela anterior também foram realizados os testes estatísticos de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas. Os valores absolutos, da mesma forma que em testes anteriores, foram substituídos por valores relativos (valores relacionados com o valor total do Ativo de cada instituição antes da adoção das IFRS).

O teste de significância T-Student, que avaliou a igualdade entre a média de um grupo de conta em GAAP local com a média do mesmo grupo em IFRS²⁶, revelou os seguintes resultados: Ativo Total: Sig = 0,01; Tesouraria: Sig = 0,03; Carteira de Crédito + Outros Ativos: Sig = 0,09. Considerando nível de significância de 5%, observa-se que o teste estatístico confirmou mudança significativa no Ativo Total e em seu subgrupo Tesouraria.

Com isso, pode-se concluir que **a variação do indicador de Capitalização deve-se, em maior parte, às alterações nos Ativos Totais, mais especificamente nos componentes da Tesouraria.**

Em consulta às notas explicativas, verificou-se que as normas que provocaram variações no grupo Tesouraria foram as mesmas que alteraram o grupo Ativos Líquidos apresentadas no item “a” deste tópico.

Resumindo, as principais normas que provocaram mudanças significativas nos indicadores econômico-financeiros dos bancos do Reino Unido foram:

- ✓ IAS 32 – Financial Instruments: Presentation;
- ✓ IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement;
- ✓ IAS 27 (SIC 12) – Consolidated and Separated Financial Statements (Consolidation of Special Purpose Entities) e

²⁶ Conforme anexo 4.

✓ IFRS 4 – Insurance Contracts.

6.2 Análise – França

Através dos testes estatísticos realizados com seis indicadores econômico-financeiros de bancos da França, foi observado impacto relevante das normas IFRS em apenas um dos indicadores, o de Liquidez Imediata. Esse indicador apresentou variação significativa do ponto de vista estatístico, quando considerado nível de significância de 5% no teste paramétrico de diferenças de médias.

A fim de averiguar os motivos da variação no índice, foram estudadas mais detalhadamente as variações nos grupos de contas envolvidos no cálculo dele.

a) Índice Liquidez Imediata

$$= \frac{\text{Ativos Líquidos}^*}{\text{Depósitos Totais}}$$

* (Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras + Títulos Negociáveis)

Os grupos de contas Ativos Líquidos e Depósitos Totais dos seis bancos estudados da França são apresentados na tabela seguinte, tanto em GAAP local, quanto em conformidade com as IFRS.

Tabela 26 - Grupos Ativos Líquidos e Depósitos Totais dos bancos da França (EUR milhões)

Banco	Ativos Líquidos		Depósitos Totais	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1. Banque Paribas	432,8	433,3	1.233,0	1.246,0
2. BNP Paribas	460.962,0	663.159,0	482.675,0	311.931,0
3. CIC Crédit Ind.Com.	87.142,0	91.760,0	113.188,0	101.411,0
4. Crédit Agricole	417.765,0	656.807,0	448.166,0	387.902,0
5. Natexis	67.500,0	86.590,0	64.725,0	62.279,0
6. Société Générale	235.199,0	409.613,0	307.299,0	274.126,0

Através da tabela anterior percebe-se que o grupo Ativos Líquidos sofreu grandes alterações – com tendência de aumento – em todos os bancos, enquanto o grupo Depósitos sofreu alterações relevantes apenas em algumas instituições.

Observando-se a significância estatística das alterações nos dois grupos de contas, também foram realizados os testes estatísticos de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas. Os valores absolutos dos grupos de contas, no entanto, foram substituídos por valores relativos (valores relacionados com o valor total do Ativo de cada instituição antes da adoção das IFRS).

O teste de significância T-Student, que avaliou a igualdade entre a média de um grupo de conta em GAAP local com a média do mesmo grupo em IFRS²⁷, revelou os seguintes resultados: Ativos Líquidos: Sig = 0,02; Depósitos Totais: Sig = 0,06. Considerando nível de significância de 5%, observa-se que o teste estatístico confirmou a impressão visual de que o grupo Ativos Líquidos sofreu alterações significativas após a adoção das normas internacionais IFRS, fato não ocorrido com o grupo Depósitos Totais.

É possível, portanto, concluir que **a variação do indicador Liquidez Imediata deve-se, em maior parte, às alterações nos grupos de contas Ativos Líquidos** das instituições analisadas.

Na pesquisa às notas explicativas das demonstrações contábeis dos bancos da França, foram identificadas as principais normas IFRS envolvidas nas alterações dos grupos de contas Ativos Líquidos.

Tabela 27 - Principais normas IFRS que afetaram os Ativos Líquidos dos bancos da França

Banco	Principais normas que alteraram os Ativos Líquidos	Páginas consultadas dos relatórios anuais de 2005
1. Banque Paribas *	-	-
2. BNP Paribas	IAS 32, IAS 39, IFRS 4	198, 199, 201
3. CIC Crédit Ind.Com.	IAS 32, IAS 39	77
4. Crédit Agricole	IAS 32, IAS 39, IFRS 4	147
5. Natexis	IAS 32, IAS 39	115, 116, 117
6. Société Générale	IAS 32, IAS 39	128, 155
* Obs. O Banque Paribas não divulgou notas sobre os impactos das normas IFRS.		

Resumindo, as principais normas que influenciaram a mudança significativa no indicador de Liquidez Imediata dos bancos franceses foram:

²⁷ Vide anexo 5.

- ✓ IAS 32 – Financial Instruments: Presentation;
- ✓ IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement e
- ✓ IFRS 4 – Insurance Contracts.

6.3 Análise – Espanha

Através dos testes estatísticos realizados com seis indicadores econômico-financeiros de bancos da Espanha foram observados impactos relevantes das normas IFRS em três dos indicadores, quais sejam: Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização. Esses indicadores tiveram variação significativa do ponto de vista estatístico, quando considerado nível de significância de 5% nos testes paramétricos de diferenças de médias.

A fim de averiguar os motivos das variações dos índices, foram estudadas mais detalhadamente as variações nos grupos de contas envolvidos em seu cálculo.

Ressalte-se a ciência de que alterações significativas no resultado de uma divisão podem ser geradas por alterações não significativas no numerador junto a alterações não significativas no denominador. Apesar disso, tentou-se buscar qual grupo de contas (o numerador ou o denominador) teria sofrido maior impacto com a adoção das IFRS.

a) Índice Liquidez Imediata

$$= \frac{\text{Ativos Líquidos}^*}{\text{Depósitos Totais}}$$

* (Disponibilidades + Aplicações Interfinanceiras + Títulos Negociáveis)

Os grupos de contas Ativos Líquidos e Depósitos Totais dos nove bancos estudados da Espanha são apresentados na tabela 28 a seguir, tanto em GAAP local, quanto em conformidade com as IFRS.

No intuito de verificar a significância estatística das alterações nos dois grupos de contas, foram realizados os testes estatísticos de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas. Os valores absolutos dos grupos de contas, no entanto, foram substituídos por valores relativos (valores relacionados com o valor total do Ativo de cada instituição antes da adoção das IFRS).

Tabela 28 - Grupos Ativos Líquidos e Depósitos Totais dos bancos da Espanha (EUR milhões)

Banco	Ativos Líquidos		Depósitos Totais	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1. Banco de Valencia	204,3	780,9	8.433,1	8.887,6
2. Banco Esp. Credito	20.958,0	20.767,5	43.218,0	43.309,6
3. Banco Guipuzcoano	2.530,2	2.769,5	5.285,6	5.474,4
4. Banco Pastor	1.267,7	1.510,3	9.696,0	9.783,6
5. Banco Pop. Español	8.174,0	7.677,6	42.179,0	40.542,3
6. Banco Sabadell	6.495,5	9.011,3	26.976,6	26.225,8
7. Bankinter	9.067,2	9.488,0	20.714,7	21.329,3
8. Bilbao Vizcaya	108.021,1	136.031,5	215.268,6	214.899,0
9. Santander	173.180,0	255.659,0	378.659,0	385.975,0

O teste de significância T-Student, que avaliou a igualdade entre a média de um grupo de conta em GAAP local com a média do mesmo grupo em IFRS²⁸, revelou os seguintes resultados: Ativos Líquidos: Sig = 0,02; Depósitos Totais: Sig = 0,31. Considerando nível de significância de 5%, observa-se que o teste estatístico indicou que o grupo Ativos Líquidos sofreu alterações significativas após a adoção das normas IFRS, fato não ocorrido com o grupo Depósitos Totais.

É possível, portanto, concluir que **a variação do indicador Liquidez Imediata deve-se, em maior parte, às alterações nos grupos de contas Ativos Líquidos** das instituições analisadas.

Na pesquisa às notas explicativas das demonstrações contábeis dos bancos espanhóis, foram identificadas as principais normas IFRS envolvidas nas alterações dos grupos de contas Ativos Líquidos, conforme a tabela 29.

²⁸ Vide anexo 6.

Tabela 29 - Principais normas IFRS que afetaram os Ativos Líquidos dos bancos da Espanha

Banco	Principais normas que alteraram os Ativos Líquidos	Páginas consultadas dos relatórios anuais de 2005
1. Banco de Valencia	IAS 32, IAS 39	32
2. Banco Esp. Credito	IAS 32, IAS 39	196, 199
3. Banco Guipuzcoano	IAS 32, IAS 39	92
4. Banco Pastor	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	189, 190
5. Banco Pop. Español	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	112, 115
6. Banco Sabadell	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	145, 150
7. Bankinter	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	148, 149
8. Bilbao Vizcaya	IAS 32, IAS 39	255
9. Santander	IAS 32, IAS 39	270, 272

b) Índice Alavancagem

$$= \frac{\text{Passivos de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Os grupos de contas Passivos de Terceiros e Patrimônio Líquido dos nove bancos espanhóis estudados são apresentados a seguir, tanto em conformidade com o GAAP local, quanto de acordo com as IFRS.

Tabela 30 - Grupos Passivos de Terceiros e PL dos bancos da Espanha (EUR milhões)

Banco	Passivos de Terceiros		Patrimônio Líquido	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1. Banco de Valencia	8.492,1	9.015,0	595,3	712,6
2. Banco Esp. Credito	63.239,4	65.953,3	3.793,7	3.628,8
3. Banco Guipuzcoano	6.208,1	6.576,4	365,7	364,5
4. Banco Pastor	12.658,8	14.787,8	991,9	1.056,7
5. Banco Pop. Español	57.252,9	59.499,5	5.404,0	4.076,6
6. Banco Sabadell	38.721,4	42.532,7	3.350,1	3.176,5
7. Bankinter	27.950,5	29.954,0	1.455,6	1.316,2
8. Bilbao Vizcaya	286.356,5	315.635,9	20.684,7	13.805,3
9. Santander	527.589,0	627.986,0	47.809,0	36.500,0

A tabela acima mostra que o grupo Passivos de Terceiros sofreu grandes alterações - com tendência de aumento em todos os bancos -, enquanto o grupo Patrimônio Líquido sofreu alterações de grande proporção apenas em algumas instituições.

No intuito de verificar a significância estatística das alterações nos dois grupos de contas, foram realizados os testes estatísticos de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas. Os valores absolutos dos grupos de contas, no entanto, foram substituídos por valores relativos (valores relacionados com o valor total do Ativo de cada instituição antes da adoção das IFRS).

O teste de significância T-Student, que avaliou a igualdade entre a média de um grupo de conta em GAAP local com a média do mesmo grupo em IFRS²⁹, revelou os seguintes resultados: Passivos de Terceiros: Sig = 0,00; Patrimônio Líquido: Sig = 0,16.

Considerando nível de significância de 5%, observa-se que o teste estatístico confirmou a impressão visual de que o grupo Passivos de Terceiros sofreu alterações significativas após a adoção das normas internacionais IFRS, fato não ocorrido com o grupo Patrimônio Líquido.

Com isso, é possível concluir que **a variação do indicador Alavancagem deve-se, em maior parte, às alterações nos grupos de contas Passivos de Terceiros** das instituições analisadas.

No intuito de buscar os motivos das variações nos grupos de contas Passivos de Terceiros foram averiguadas as notas explicativas das demonstrações contábeis dos bancos espanhóis referentes à transição das normas contábeis locais para as normas IFRS.

Tabela 31 - Principais normas IFRS que afetaram os Passivos dos bancos da Espanha

Banco	Principais normas que alteraram os Passivos	Páginas consultadas dos relatórios anuais de 2005
1. Banco de Valencia	IAS 32, IAS 39	33
2. Banco Esp. Credito	IAS 32, IAS 39	197, 199
3. Banco Guipuzcoano	IAS 32, IAS 39	93
4. Banco Pastor	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	191, 192
5. Banco Pop. Español	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	113, 115
6. Banco Sabadell	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	146, 150
7. Bankinter	IAS 32, IAS 39, IAS 27 (SIC 12)	150, 151
8. Bilbao Vizcaya	IAS 32, IAS 39	257
9. Santander	IAS 32, IAS 39	270, 272

²⁹ Conforme anexo 6.

c) **Índice Capitalização**

$$= \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Como na análise anterior do indicador de alavancagem não foi identificada variação significativa no grupo Patrimônio Líquido dos bancos espanhóis, a atual análise irá focalizar, mais detalhadamente, as mudanças ocorridas no Ativo Total das instituições. Para tanto, dividimos o Ativo Total em dois grupos: (1) a Tesouraria e (2) a Carteira de Crédito + Outros Ativos. A Tesouraria engloba basicamente as mesmas contas que compõem os Ativos Líquidos, incluindo os títulos mantidos até o vencimento e participações em ações de outras empresas.

Tabela 32 - Ativo Total desmembrado em Tesouraria e Carteira de Crédito + Outros Ativos dos bancos da Espanha (EUR milhões)

Banco	Ativo Total		Tesouraria		Carteira de Crédito+ Outros	
	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS	2004 GAAP local	2004 IFRS
1. Banco de Valencia	9.087,4	9.727,6	210,4	837,5	8.877,0	8.890,1
2. Banco Esp. Credito	67.033,1	69.582,0	20.958,0	25.655,5	46.075,1	43.926,5
3. Banco Guipuzcoano	6.573,8	6.940,9	2.530,2	2.769,5	4.043,6	4.171,4
4. Banco Pastor	13.650,6	15.844,5	1.309,2	1.510,3	12.341,4	14.334,2
5. Banco Pop. Español	62.657,0	63.576,1	8.174,0	7.677,6	54.483,0	55.898,5
6. Banco Sabadell	42.071,5	45.709,2	7.568,9	9.359,0	34.502,6	36.350,2
7. Bankinter	29.406,3	31.270,2	9.067,2	10.003,4	20.339,1	21.266,8
8. Bilbao Vizcaya	307.041,3	329.441,2	111.571,7	142.606,7	195.469,6	186.834,4
9. Santander	575.398,0	664.486,0	173.180,0	265.284,0	402.218,0	399.202,0

Para analisar a significância estatística das mudanças nos grupos de contas apresentados na tabela anterior, também foram realizados os testes estatísticos de diferenças de médias de duas amostras emparelhadas. Os valores absolutos das contas foram substituídos por valores relativos (valores relacionados com o valor total do Ativo de cada instituição antes da adoção das IFRS).

O teste de significância T-Student, que avaliou a igualdade entre a média de um grupo de conta em GAAP local com a média do mesmo grupo em IFRS³⁰, revelou os seguintes resultados: Ativo Total: Sig = 0,00; Tesouraria: Sig = 0,01; Carteira de Crédito + Outros

³⁰ Conforme anexo 6.

Ativos: Sig = 0,24. Considerando nível de significância de 5%, observa-se que o teste estatístico confirmou mudança significativa no Ativo Total e em seu subgrupo Tesouraria.

Com isso, pode-se concluir que **a variação do indicador de Capitalização deve-se, em maior parte, às alterações nos Ativos Totais, mais especificamente nos componentes da Tesouraria.**

Em consulta às notas explicativas, verificou-se que as normas que provocaram variações no grupo Tesouraria foram as mesmas que alteraram o grupo Ativos Líquidos, apresentadas no item “a” deste tópico.

Resumindo, as principais normas que provocaram mudanças significativas nos indicadores econômico-financeiros dos bancos da Espanha foram:

- ✓ IAS 32 – Financial Instruments: Presentation;
- ✓ IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement e
- ✓ IAS 27 (SIC 12) – Consolidated and Separated Financial Statements (Consolidation of Special Purpose Entities).

6.4 Análise Geral

A resposta à questão de pesquisa direcionada aos bancos do Reino Unido – que procurou saber se existe diferença significativa entre indicadores econômico-financeiros calculados a partir de demonstrações segundo práticas contábeis locais e os indicadores econômico-financeiros calculados a partir de demonstrações segundo as normas IFRS – revelou existir diferenças significativas em metade dos seis indicadores referentes à liquidez e à estrutura patrimonial eleitos como importantes para avaliação de um banco, quais sejam, Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização.

De maneira geral, foi possível perceber que, no Reino Unido, as normas IFRS provocaram incremento dos ativos financeiros, colaborando para a elevação do indicador de Liquidez Imediata e ocasionando também tendência de redução do indicador de Capitalização em

decorrência da elevação dos Ativos Totais. Houve, ainda, incremento dos passivos que influenciou a elevação do indicador de Alavancagem.

A mesma exata resposta à questão de pesquisa foi obtida com os bancos espanhóis, ou seja, a pesquisa revelou que existem diferenças significativas em metade dos seis indicadores referentes à liquidez e à estrutura patrimonial, quais sejam, Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização.

Seria admissível, porém, que os impactos nos indicadores econômico-financeiros dos bancos espanhóis fossem maiores do que os provocados nos bancos do Reino Unido. Essa expectativa poderia ser sustentada pela ciência de que o modelo contábil espanhol guarda maior divergência com as normas IFRS do que o modelo contábil aplicado no Reino Unido, de acordo com autores citados no capítulo 2 deste estudo (Daske; Hail; Leuz; Verdi, 2007).

Por outro lado, sabendo que os bancos espanhóis, ao contrário dos bancos do Reino Unido, apresentaram fortes indícios de serem favoráveis à adoção da norma IAS 39 excluindo duas de suas importantes exigências (*fair value option* e *hedge accounting*)³¹, é aceitável concluir que a possível adoção incompleta da IAS 39 tenha contribuído para a inexistência de diferenças entre os impactos nos bancos do Reino Unido e Espanha.

Diferentemente da resposta gerada pelos bancos do Reino Unido e da Espanha, a resposta à questão de pesquisa direcionada aos bancos da França revelou que não existem diferenças significativas para a maioria dos indicadores referentes à liquidez e à estrutura patrimonial, com exceção efetuada ao indicador de Liquidez Imediata.

O único efeito coincidente aos dos bancos do Reino Unido e Espanha foi o incremento dos ativos financeiros que colaborou para a elevação do indicador de Liquidez Imediata. O indicador de Capitalização, por sua vez, não foi afetado pela elevação nos Ativos, possivelmente, em decorrência de semelhante elevação do patrimônio líquido dos bancos franceses.

³¹ Vide tópico 5.1 – Utilização dos *carve-outs* pelos bancos analisados.

O indicador de Alavancagem também não sofreu elevação significativa como nos bancos do Reino Unido e da Espanha devido ao incremento das obrigações em menores patamares. Para essa conclusão, foram observados os totais dos Passivos antes e depois da adoção das IFRS, através do teste estatístico de diferenças de médias, que gerou o resultado Sig = 0,06 (maior do que 5%).

Para os bancos franceses, também era esperado que as mudanças nos indicadores econômico-financeiros, em termos de quantidade, fossem maiores do que as mudanças provocadas nos indicadores dos bancos do Reino Unido devido à impressão de que existe maior divergência entre o modelo contábil francês e as normas internacionais. Esse fato, porém, não foi verificado, muito possivelmente em decorrência da aplicação incompleta da norma IAS 39 pelos bancos franceses (utilização dos *carve-outs*).

Um outro resultado esperado era o de que os impactos nos indicadores dos bancos franceses fossem semelhantes aos impactos ocorridos nos indicadores dos bancos espanhóis devido à proximidade dos dois modelos contábeis, como já mencionado na introdução desta obra³², e devido ao fato de que tanto a França quanto a Espanha apresentaram tendência em adotar a IAS 39 com os *carve-outs* permitidos pela Comissão Européia.

Contudo, as diferenças entre os resultados da França e Espanha podem ter ocorrido devido ao pequeno número de bancos existentes nas populações analisadas (seis bancos da França e nove da Espanha) e às influências que algum banco, com características de atuação diferenciadas, pode ter exercido sobre a amostra (ex: características específicas na forma de financiamento, na atuação com maior número de empresas de propósito específico associadas etc.). Outra consideração é a de que a existência de semelhança, identificada por pesquisadores, entre os modelos contábeis da França e Espanha, não significa completa paridade entre suas práticas que fosse capaz de gerar os mesmos impactos com a adoção das normas IFRS.

[...] é preciso notar que as classificações de modelos contábeis apresentam restrições, de modo que o fato de pertencerem ao mesmo grupo não assegura, de forma alguma, que as práticas contábeis de seus membros sejam idênticas (Weffort, 2003, p. 258).

³² Weffort, 2003, p. 257.

7 PRINCIPAIS NORMAS INTERNACIONAIS QUE AFETARAM INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DOS BANCOS ANALISADOS

Atendendo a um dos propósitos de contribuição deste trabalho (tópico 1.4), que consiste em identificar e explicar as principais Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, especialmente as que porventura afetem os indicadores econômico-financeiros testados na pesquisa –, segue breve apresentação das normas IAS 27 (SIC 12), IAS 32, IAS 39 e IFRS 4, junto à descrição de seus principais impactos.

7.1 IAS 27 (SIC 12) – Consolidated and Separated Financial Statements (Consolidation of Special Purpose Entities)

A IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas – deve ser aplicada na preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo de entidades sob o controle de uma matriz.

Deve ser igualmente utilizada na contabilização de investimentos em subsidiárias, em entidades conjuntamente controladas e em empresas associadas quando essas optarem por demonstrações financeiras separadas ou quando tal lhes for exigido por regulamentos locais. Essa norma não trata de métodos de contabilização de Combinações de Negócios e dos seus efeitos na consolidação, que são tratados pela IFRS 3 – *Business Combinations*.

Uma das interpretações emitidas à IAS 27 detalha critérios de consolidação de Entidades de Propósito Específico. Trata-se da norma intitulada SIC³³ nº 12 – *Consolidation of Special Purpose Entities*.

De acordo com a SIC 12, uma entidade deve consolidar as Entidades de Propósito Específico (EPE), quando a essência da relação entre ambas indicar a existência de controle, mesmo sem haver participação acionária. O controle pode ser indicado pelas seguintes circunstâncias:

³³ *Standing Interpretations Committee.*

- as atividades da EPE são conduzidas para o benefício da “empresa controladora”, com o fim de atender às necessidades específicas desta;
- a “empresa controladora” tem o poder de decisão em obter a maioria dos benefícios gerados pelas atividades da EPE;
- a “empresa controladora” tem direito à maioria dos benefícios gerados pela EPE e está exposta aos riscos de seus negócios, e
- a “empresa controladora” detém a maior parte dos riscos, residuais ou de propriedade, relacionada com a EPE ou com seus ativos.

Nos balanços dos bancos analisados nesta pesquisa foi observado que as exigências da SIC 12 determinou a consolidação de grande número de empresas de securitização de créditos que, por vezes, geraram aumento significativo dos ativos e passivos das instituições financeiras.

7.2 IAS 32 – Financial Instruments: Presentation

A IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – tem por objetivo estabelecer princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivos ou capital, e para a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros.

É aplicada na classificação de instrumentos financeiros ativos, passivos e de capital, na classificação de juros sobre capital próprio, dividendos, perdas e ganhos e nas circunstâncias em que ativos e passivos financeiros podem ser compensados.

A norma determina sua aplicação por todas as entidades e para todos os tipos de instrumentos financeiros, exceto os instrumentos que já são tratados por outras normas, como por exemplo, os interesses em subsidiárias e associadas - tratados pela IAS 27 - e os direitos e obrigações dos planos de benefícios dos empregados - tratados pela IAS 19 -, entre outros.

Também define os termos instrumento financeiro, ativo financeiro, passivo financeiro, instrumento de capital, *fair value* e faz referência aos demais termos relevantes para o entendimento da norma, apresentados na IAS 39.

A partir do parágrafo nº 15, a IAS 32 detalha os critérios a serem utilizados para a classificação dos instrumentos financeiros:

The issuer of a financial instrument shall classify the instrument, or its component parts, on initial recognition as a financial liability, a financial asset or an equity instrument in accordance with the substance of the contractual arrangement and the definitions of a financial liability, a financial asset and an equity instrument (IASB, 2007, IAS 32 - paragraph 15).

Os princípios dessa norma complementam os princípios para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros prescritos na IAS 39, bem como os princípios para a divulgação de informação enunciados na IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*³⁴.

Assim como abordado no trabalho da auditoria Ernst & Young – *IFRS The Implications for European Bank*³⁵ –, um importante impacto da IAS 32, observado na maioria dos balanços dos bancos analisados, foi a reclassificação de instrumentos financeiros – antes considerados como capital ou interesses minoritários – para o grupo de exigibilidades de terceiros. Essa consequência, junto a outras associadas à IAS 27, estudada anteriormente, e à IAS 39, pode ter colaborado para a alteração verificada no indicador de alavancagem dos bancos do Reino Unido e da Espanha.

7.3 IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement

A IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – é a maior norma, em termos de páginas, emitida pelo IASB³⁶. Tem por objetivo estabelecer princípios para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros.

A norma determina sua aplicação por todas as entidades e para todos os tipos de instrumentos financeiros, exceto os instrumentos que já são tratados por outras normas, como por exemplo, os interesses em subsidiárias e associadas – tratados pela IAS 27 –, os direitos e obrigações

³⁴ A IFRS 7 foi emitida em agosto de 2005, com aplicação estabelecida para balanços anuais com data de início a partir de 1º de janeiro de 2007. Ela assumiu o objetivo de normatizar os aspectos de divulgação de relatórios financeiros, anteriormente tratados em sua maioria pela IAS 32, cuja denominação era Instrumentos Financeiros: Apresentação e Divulgação.

³⁵ Bibliografia citada no capítulo 2 – Consequências da Adoção das IFRS – Revisão de Literatura.

³⁶ Possui 304 páginas.

dos contratos de leasing –, tratados pela IAS 17 – e os direitos e obrigações dos planos de benefícios dos empregados, tratados pela IAS 19, entre outros.

A IAS 39 faz referência aos termos financeiros de grande importância para entendimento da norma, definidos na IAS 32, e define diversos outros, como:

- derivativo;
- as quatro categorias de instrumentos financeiros (ativos e passivos financeiros avaliados a *fair value* com contrapartidas em lucros e perdas, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda);
- contrato de garantia financeira;
- os demais termos referentes a processos de reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros e
- os termos referentes às operações de *hedge*.

A partir do parágrafo nº 14, a IAS 39 detalha os critérios a serem utilizados para o reconhecimento, para a baixa e a mensuração de ativos e passivos financeiros, bem como estabelece critérios para contabilização dos ganhos e perdas nas operações de *hedge*.

Na totalidade dos balanços analisados nesta pesquisa, foi observado incremento dos ativos e passivos financeiros, em decorrência principal da IAS 39 que, por vezes, alterou métodos de mensuração de instrumentos financeiros, favorecendo a aplicação do *fair value*, e estabeleceu o reconhecimento de instrumentos financeiros de *hedge*, que antes não eram divulgados nos balanços patrimoniais dos bancos. Tais impactos certamente favoreceram as elevações dos indicadores de liquidez imediata apurados nos bancos do Reino Unido, França e Espanha.

7.4 IFRS 4 – Insurance Contracts

O objetivo da IFRS 4 – Contratos de Seguros – é especificar o relatório financeiro de uma entidade que emita contratos de seguros, até que o IASB complete a segunda fase do projeto *Insurance Contracts* (projeto em andamento pelo IASB, sem prazo estabelecido para término).

Essa norma exige melhorias limitadas na contabilização de contratos de seguros, além da divulgação de informações que identifiquem e expliquem a quantia, a tempestividade e a incerteza de fluxos de caixa futuros derivados de contratos de seguros.

Os ativos de uma entidade que dão cobertura a contratos de seguros devem ser classificados e mensurados de acordo com a IFRS 7 (Instrumentos Financeiros: Divulgação) e a IAS 39 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), respectivamente. O mesmo ocorre com os ativos e os passivos referentes a contratos de investimento, os quais são firmados, por exemplo, na administração de planos de aposentadoria.

Nos balanços de alguns dos bancos analisados na pesquisa, como o Barclays, o BNP Paribas e o Credit Agricole, foram observadas relevantes reclassificações de valores referentes a “contratos de seguros” que eram apresentados em conta específica do ativo, para o grupo “ativos financeiros avaliados a *fair value*”. Essa mudança de classificação colaborou para a elevação dos indicadores de liquidez imediata calculados após a adoção das IFRS já que, no cálculo dos indicadores, todos os ativos avaliados a *fair value* foram considerados como ativos líquidos. Vale lembrar que o denominador da fórmula da liquidez imediata considerou apenas as exigibilidades em depósitos das instituições financeiras, que não levaram em conta, obviamente, as obrigações dos contratos de seguros.

A descrição desses fatos permitiu identificar limitação na utilidade do indicador de liquidez utilizado para balanços divulgados segundo as normas IFRS. Caso a definição de ativos líquidos incluía grupos completos de ativos financeiros demonstrados no balanço, como os avaliados a *fair value*, por exemplo, o ideal é relacionar os ativos líquidos com as exigibilidades totais da instituição financeira.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou identificar possíveis impactos da adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) nos indicadores econômico-financeiros de bancos de capital aberto em alguns países da União Européia, quais sejam: Reino Unido, França e Espanha. A seguinte questão de pesquisa direcionou os esforços para o atendimento do objetivo acima descrito: **Existe diferença significativa entre indicadores econômico-financeiros de bancos em alguns países da União Européia, calculados a partir de demonstrações segundo práticas contábeis locais, e os indicadores econômico-financeiros calculados a partir de demonstrações segundo as normas IFRS?**

Para responder a essa questão, foram selecionados e calculados seis indicadores julgados relevantes para a análise de instituições financeiras. Os indicadores foram calculados, para cada banco analisado, de duas formas: a primeira a partir de balanços publicados de acordo com o GAAP local do respectivo país e a segunda em conformidade com as normas IFRS (os dois cálculos referiram-se ao mesmo exercício social de 2004).

O conjunto de indicadores em GAAP local foi comparado ao conjunto calculado a partir de balanços em IFRS, por país, utilizando o teste de hipóteses para diferenças de médias (T-Student) com o objetivo de testar a hipótese de que a diferença entre as médias dos dois conjuntos de indicadores não era significativa.

A hipótese foi rejeitada para três indicadores econômico-financeiros dos bancos do Reino Unido (Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização), um indicador da França (Liquidez Imediata) e três indicadores da Espanha (Liquidez Imediata, Alavancagem e Capitalização). Dessa forma, a resposta à questão de pesquisa é **sim**, existe diferença significativa entre os indicadores de bancos de alguns países da União Européia calculados segundo práticas contábeis locais e os calculados segundo as normas IFRS.

Na análise da resposta obtida, porém, devem ser ponderadas algumas limitações importantes da pesquisa como:

- a não utilização de índices de rentabilidade, devido à não disponibilização de demonstrações de resultado de um mesmo exercício social em dois GAAPs (GAAP local e de acordo com as IFRS);
- a impossibilidade de generalização dos resultados, já que foi empregada seleção “intencional” de dados pela qual o pesquisador se interessou apenas na investigação dos impactos das IFRS nos indicadores dos bancos de capital aberto do Reino Unido, França e Espanha, e
- a diferenciação do grau de adoção das normas IFRS pelos bancos da União Européia, já que órgãos reguladores de alguns países apoiaram a adoção de uma norma em específico excluindo dois de seus aspectos importantes – os *carve-outs* da IAS 39.

Foi observado que os resultados dos testes dos bancos do Reino Unido e Espanha foram semelhantes, pois os mesmos indicadores sofreram alterações com a adoção das IFRS. Seria admissível, porém, que uma maior quantidade de indicadores dos bancos espanhóis fosse alterada de forma significativa, devido à impressão não-científica³⁷ de que o modelo contábil espanhol guarda maior divergência com as normas IFRS do que o modelo contábil aplicado no Reino Unido. Contudo, é aceitável concluir que a similaridade de resultados tenha sido causada pela pequena quantidade de índices testados na pesquisa e pela possível adoção incompleta das normas IFRS pelos bancos espanhóis (adoção dos *carve-outs* à IAS 39: *fair value option* e *hedge accounting*).

Para os bancos franceses, também era esperado que as alterações nos indicadores econômico-financeiros fossem maiores, em termos de quantidade, do que as provocadas nos indicadores dos bancos do Reino Unido. Esse fato, porém, não foi verificado (apenas um indicador dos bancos da França sofreu alteração significativa), muito possivelmente em decorrência da aplicação incompleta da norma IAS 39 pelos bancos franceses (utilização dos *carve-outs*).

Um outro resultado esperado era que os impactos nos indicadores dos bancos franceses fossem semelhantes aos impactos ocorridos nos indicadores dos bancos espanhóis devido à proximidade dos dois modelos contábeis³⁸ e devido ao fato de que tanto a França quanto a Espanha apresentaram tendência em adotar a IAS 39 com os *carve-outs* permitidos pela

³⁷ Impressão obtida através da leitura de artigos, como por exemplo: Daske; Hail; Leuz e Verdi, 2007.

³⁸ Segundo Weffort, os modelos contábeis da França, Espanha, Itália, Bélgica e Brasil indicam proximidades entre si (Weffort, 2006, p. 257).

Comissão Européia. Contudo, as diferenças entre os resultados da França e Espanha podem ter ocorrido devido ao pequeno número de bancos existentes nas populações analisadas. Outra consideração é a de que a existência de semelhança, identificada por pesquisadores, entre os modelos contábeis da França e Espanha, não significa completa paridade de práticas que fosse capaz de gerar os mesmos impactos com a adoção das normas IFRS.

As alterações significativas dos indicadores de Liquidez Imediata dos bancos do Reino Unido, França e Espanha foram ocasionadas em maior parte por variações positivas nos grupos de contas Ativos Líquidos. Já as variações significativas dos indicadores de Alavancagem dos bancos do Reino Unido e Espanha foram ocasionadas em maior parte por elevações nos grupos de contas Passivos de Terceiros e as mudanças significativas nos indicadores de Capitalização dos bancos do Reino Unido e Espanha foram provocadas por incremento dos Ativos Totais, mais especificamente nos componentes da Tesouraria.

As principais Normas Internacionais de Contabilidade que influenciaram as alterações nos grupos de contas e nos indicadores dos bancos analisados foram: IAS 27 (SIC 12) - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (Consolidação de Entidades de Propósito Específico), IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 4 – Contratos de Seguros.

A partir dos resultados da pesquisa realizada, que utilizou metodologia de análise empírico-descritiva, pode-se concluir que a adoção das normas IFRS mostrou-se capaz de provocar mudanças significativas em indicadores econômico-financeiros de bancos de alguns países da União Européia. Estudos complementares que analisem outros setores econômicos são sugeridos, assim como análises mais abrangentes que considerem diversos anos de adoção das IFRS na União Européia. Pesquisas similares também podem ser aplicadas no Brasil, quando da divulgação em massa de demonstrações contábeis segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, prevista para a partir do ano de 2010.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Guidance on the application of IAS 39 by entities preparing their financial statements in accordance with EU-adopted IFRSs*. London: The Accounting Standards Board Limited, 2004. Disponível em: <http://www.frc.org.uk/asb>. Acesso em: 07/10/2001.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BANCO DE ESPAÑA. **Reglamento CE nº 2086/2004**. [Madrid]: La Comisión de las Comunidades Europeas, 2004. Disponível em: <http://www.bde.es/normativa>. Acesso em: 29/01/2008.

BRACKNEY, Kennard S.; WITMER, Philip R. *The European Union's role in international standards setting*. Boone: The CPA Journal, nov/2005. Disponível em: <http://www.nysscpa.org>. Acesso em: 15/01/2008.

CAPELLETTO, Lucio Rodrigues. **Mensuração do risco sistêmico no setor bancário com utilização de variáveis contábeis e econômicas**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Nelson. **Globalização da economia e as normas internacionais de contabilidade**. Anais da 7ª Semana de Contabilidade do Banco Central. Rio de Janeiro: Banco Central do Brasil, 1998.

CARVALHO, Nelson *et al.* **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, Nelson; LEMES, Sirlei. **Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB**. In: 4º Congresso de Controladoria e Contabilidade, 2004. São Paulo. Disponível em: <http://www.congressoeaclocaweb.com.br/artigos/42004/345>. Acesso em: 14/10/2006.

COSTA, Fábio Moraes da. **Ajustes aos US-GAAP: estudo empírico sobre sua relevância para empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

DASKE, Holger *et al.* **Mandatory IFRS Reporting Around the World: Early Evidence on the Economic Consequences**. [Chicago]: Chicago GSB, Research Paper No. 12, 2007. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1024240>. Acesso em: 02/01/2008.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. **Normas internacionais de contabilidade IFRS**. São Paulo: Atlas, 2006.

ERNST&YOUNG. *IFRS – the implications for European banks*. London: Eygm Limited, 2005. Disponível em: <http://www.eynl/?pag=808&publicatie_id=1783>. Acesso em: 14/10/2006.

ERNST&YOUNG. *The impact of IFRS on European banks*. London: Eygm Limited, 2006. Disponível em: <<http://www.ey.com/uk>>. Acesso em 20/01/2007.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. **Introdução à análise de instituições financeiras**. São Paulo: Cadernos IBCB 18, 1990.

FEDERAL RESERVE. *Uniform financial institutions rating system*. [S.I.] Press Release, 1996. Disponível em: <<http://www.federalreserv.gov/boarddocs/press/general/1996/19961224/default.htm>>. Acesso em: 20/07/2007.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBAL RISK REGULATOR E-MAIL NEWS SERVICE. *EU completes partial adoption proposal for IAS 39*. [S.I.]: Global Risk Regulator, 2004. Disponível em: <<http://www.globalriskregulator.com/archive>>. Acesso em: 20/12/2007.

HIRANO, Sedi. **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

HORTON, Joanne; SERAFEIM, George. *Market Reaction & Valuation of IFRS Reconciliation Adjustments: First Evidence from the UK*. [S.I.: s.n.], 2007. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=923582>> Acesso em 02/01/2008.

HOPE, Ole-Kristian *et al.* *Differences between Domestic Accounting Standards and IAS: Measurement, Determinants and Implications*. [S.I.]: Rotman School of Management, Working Paper No. 07-04, 2006. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=869844>>. Acesso em 25/10/2007.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. *Compilation guide on financial soundness indicator*. Washington, DC: Chapter 6, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. *Macroprudential analysis: selected aspects*. Policy paper. Washington, DC: Monetary and Exchange Affairs Department, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: 7. ed. Atlas, 2004.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística usando Excel**. Rio de Janeiro: 4.ed. Editora Campus, 2005.

LEE, Edward *et al.* **Do IFRS/UK-GAAP Reconciliations Convey New Information?** [S.I.: s.n.], 2007. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=997800>> . Acesso em 25/10/2007.

LEMES, Sirlei. **Harmonização das normas contábeis brasileiras com as internacionais do IASC – um estudo comparativo aplicado**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LONDON STOCK EXCHANGE. **UK listed companies on the London Stock exchange**. London: 2007. Disponível em: <<http://www.londonstockexchange.com/en-gb/pricesnews/statistics/>>. Acesso em 08/03/2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: 4. ed. Atlas, 1999.

MAROCCO, João. **Análise estatística utilizando SPSS**. Lisboa: 2. ed. Silabo, 2003.

MARTINS, Eliseu. **Análise crítica de balanços: parte I**. Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços. São Paulo: nº 26, 2005.

MARTINS, Eliseu. **Análise crítica de balanços: parte II**. Boletim IOB: Temática Contábil e Balanços. São Paulo: nº 31, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: 2. ed. Atlas, 1994.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. São Paulo: 5.ed. Atlas, 1998.

PERRAMON, Jordi; AMAT, Oriol. **IFRS Introduction and its Effect on Listed Companies in Spain**. [S.I.: s.n.], 2006. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1002516>>. Acesso em 25/10/2007.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Sinopse legislativa guia 2004/2005**. São Paulo: PricewaterhouseCopeers, 2004. Disponível em: <<http://www.pwc.com/br>>. Acesso em 08/01/2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: 3. ed. Atlas, 1999.

SECURATO, José Roberto. **Decisões financeiras em condições de risco**. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. São Paulo: 5. ed. Atlas, 2001.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 2001.

TEIXEIRA, Roberto; CARVALHO, Nelson. **A convergência das normas contábeis internacionais**. Valor Online. São Paulo: 28/03/2006.

WEFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional; influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ANEXOS

Anexo 1 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com indicadores econômico-financeiros dos bancos do Reino Unido, no SPSS.

Anexo 2 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com indicadores econômico-financeiros dos bancos da França, no SPSS.

Anexo 3 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com indicadores econômico-financeiros dos bancos da Espanha, no SPSS.

Anexo 4 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com grupos de contas dos bancos do Reino Unido, no SPSS.

Anexo 5 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com grupos de contas dos bancos da França, no SPSS.

Anexo 6 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com grupos de contas dos bancos da Espanha, no SPSS.

Anexo 1 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com indicadores econômico-financeiros dos bancos do Reino Unido, no SPSS.

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Encaixe antes - Encaixe depois	-5,8674782274E-04	7,7860215934128E-03	2,595340531E-03	-6,5716138E-03	5,39811817E-03	-,226	8	,827

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Liquidez Imediata antes - Liquidez Imediata depois	-,13781689622	,1578262754385	5,260876E-02	-,2591329108228	-1,650088E-02	-2,620	8	,031

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Partc Crédito antes - Partic Crédito depois	5,8362824E-03	4,5864724E-02	1,5288241E-02	-2,9418466E-02	4,1091030361637E-02	,382	8	,713

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Crédito X Dep antes - Crédito X Dep. Depois	-,19618714213511	,32852127945299	,10950709315100	-,448710951775	5,6336668E-02	-1,8	8	,111

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Alavancagem antes - Alavancagem depois	-4,36301072354	3,296577927262	1,0988593090872	-6,89698483430184	-1,82903661278738	-4,0	8	,004

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Capitalização antes - Capitalização depois	7,596944903E-03	6,845183588E-03	2,2817278626E-03	2,33527101648E-03	1,2858619E-02	3,33	8	,010

Anexo 2 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com indicadores econômico-financeiros dos bancos da França, no SPSS.

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Encaixe antes - Encaixe depois	-3,2495011E-03	3,821994566E-03	1,56032275E-03	-7,26043846E-03	7,61436169E-04	-2,083	5	,092

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Liquidez Imediata antes - Liquidez Imediata depois	,52332544707948	,44212758816602	,18049783203569	-,987309895478	-5,9340999E-02	-2,899	5	,034

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Partc Crédito antes - Partic Crédito depois	2,2965729E-02	2,26935618E-02	9,2646078E-03	-8,49703062E-04	4,67811619E-02	2,479	5	,056

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Crédito X Dep antes - Crédito X Dep. Depois	-7,04863797E-02	9,10625463E-02	3,71761289E-02	-,166050661237	2,5077901921E-02	-1,896	5	,116

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Alavancagem antes - Alavancagem depois	-,45238174661118	2,652234935827	1,082770378460	-3,235731613622	2,33096812039941	-,418	5	,693

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Capitalização antes - Capitalização depois	7,69399211E-04	2,7552157E-03	1,124812103E-03	-2,1220224E-03	3,6608208E-03	,684	5	,524

Anexo 3 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com indicadores econômico-financeiros dos bancos da Espanha, no SPSS.

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Encaixe antes - Encaixe depois	3,19896046E-05	4,751826835E-04	1,5839423E-04	-3,33268140E-04	3,97247349E-04	,202	8	,845

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Liquidez Imediata antes - Liquidez Imediata depois	-7,3737716E-02	6,87804970E-02	2,2926832E-02	-,126607086338	-2,0868346E-02	-3,216	8	,012

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Partc Crédito antes - Partic Crédito depois	1,6812809E-02	3,1604971112E-02	1,05349904E-02	-7,4809227E-03	4,1106540E-02	1,60	8	,149

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Crédito X Dep antes - Crédito X Dep. Depois	-4,783729E-02	6,444165E-02	2,148055E-02	-9,737153E-02	1,696950E-03	-2,227	8	,057

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Alavancagem antes - Alavancagem depois	-2,97412302159	3,14925047965811	1,0497501598860	-5,39485123121	-,5533948119662	-2,833	8	,022

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Capitalização antes - Capitalização depois	1,1008114E-02	1,18476931E-02	3,949231027E-03	1,90117056E-03	2,011505672E-02	2,787	8	,024

Anexo 4 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com grupos de contas dos bancos do Reino Unido, no SPSS.

VARIÁVEL: LIQUIDEZ IMEDIATA (Ativos Líquidos / Depósitos Totais)

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	ativos liq antes - ativos liq depois	-8,450627108275E-02	,11067016196355	3,6890054E-02	-,169574888126	5,62345961E-04	-2,291	8	,051

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	depósitos antes - depósitos depois	-1,11876084E-02	7,33164470E-02	2,44388157E-02	-6,75436184E-02	4,51684015E-02	-,458	8	,659

VARIÁVEL: ALAVANCAGEM (Passivos de Terceiros / Patrimônio Líquido)

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	passivos antes - passivos depois	-,191769832054	,17509942926235	5,8366476E-02	-,3263631680377	-5,7176496E-02	-3,286	8	,011

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	PL_ANTES - PL depois	-4,88181472E-04	7,7626060775E-03	2,58753536E-03	-6,45504871E-03	5,4786858E-03	-,189	8	,855

VARIÁVEL: CAPITALIZAÇÃO (Patrimônio Líquido / Ativo Total)**Paired Samples Test**

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Ativo antes - Ativo depois	-,192258013526	,17940311297161	5,98010377E-02	-,33015945365260	-5,4356573E-02	-3,2	8	,012

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Tesou antes - Tesou depois	-8,80404883E-02	,10519440006277	3,5064800E-02	-,16890006213721	-7,1809144E-03	-2,511	8	,036

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Crédito e Outros antes - Crédito e outros depois	-,104217525237	,16694994015129	5,5649980E-02	-,2325466093569	2,4111559E-02	-1,9	8	,098

Anexo 5 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com grupos de contas dos bancos da França, no SPSS.

VARIÁVEL: LIQUIDEZ IMEDIATA (Ativos Líquidos / Depósitos Totais)

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	ativos liq antes - ativos liq depois	-,161800418992	,1283771519395	5,24097528E-02	-,296523977584	-2,70768604E-02	-3,1	5	,027

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	depósitos antes - depósitos depois	6,619280367E-02	6,75753030E-02	2,758750191E-02	-4,7231276E-03	,13710873497586	2,399	5	,062

Anexo 6 – Testes paramétricos para diferenças de médias (T-Student) com grupos de contas dos bancos da Espanha, no SPSS.

VARIÁVEL: LIQUIDEZ IMEDIATA (Ativos Líquidos / Depósitos Totais)

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	ativos liq antes - ativos liq depois	-4,6170386187E-02	4,8992841739445E-02	1,63309472E-02	-8,382961807E-02	-8,51115430E-03	-2,827	8	,022

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	depósitos antes - depósitos depois	-8,32937164E-03	2,33069272E-02	7,7689757E-03	-2,624466177E-02	9,5859185E-03	-1,1	8	,315

VARIÁVEL: ALAVANCAGEM (Passivos de Terceiros / Patrimônio Líquido)

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	passivos antes - passivos depois	-8,604974278E-02	4,9302856449E-02	1,6434285E-02	-,12394727306284	-4,8152212E-02	-5,236	8	,001

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	PL_ANTES - PL depois	6,3442514E-03	1,22964150235E-02	4,0988050E-03	-3,10760992E-03	1,5796112675E-02	1,55	8	,160

VARIÁVEL: CAPITALIZAÇÃO (Patrimônio Líquido / Ativo Total)**Paired Samples Test**

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Ativo antes - Ativo depois	-7,9704480129E-02	4,89704414E-02	1,632348047E-02	-,11734649359255	-4,2062467E-02	-4,88	8	,001

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Tesou antes - Tesou depois	-5,7537291E-02	5,0183436978E-02	1,672781233E-02	-9,61116950E-02	-1,89628862E-02	-3,44	8	,009

Paired Samples Test

		Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
		Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
					Lower	Upper			
Pair 1	Crédito e Outros antes - Crédito e outros depois	-2,2167189489E-02	5,3089973742E-02	1,7696658E-02	-6,2975755817E-02	1,8641377E-02	-1,3	8	,246